

Cadernos  
***IHU ideias***

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 22 | n° 363 | vol. 22 | 2024

**A construção política da Economia  
de Francisco e Clara no Brasil**

Eduardo Brasileiro

Cadernos  
***IHU ideias***

ISSN 1679-0316 (impresso) | ISSN 2448-0304 (on-line)

Ano 22 | nº 363 | vol. 22 | 2024

# A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil

**Eduardo Brasileiro**

Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas e membro do  
Secretariado da Articulação Brasileira pela Economia  
de Francisco e Clara



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação digital do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Reitor: Sérgio Mariucci, SJ  
Vice-reitor: Artur Eugênio Jacobus

## INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU

Diretor: Inácio Neutzling, SJ  
Diretor-adjunto: Lucas Henrique da Luz  
Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

### Cadernos IHU ideias

Ano XXII – Nº 363 – V. 22 – 2024

ISSN 2448-0304 (on-line)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling, SJ – Unisinos

**Conselho editorial:** MS. Guilherme Tenher Rodrigues; Dra. Cleusa Maria Andreatta; Dr. Lucas Henrique da Luz; Dra. Marilene Maia; Dra. Susana Rocca; Dr. Ricardo de Jesus Machado.

**Conselho científico:** Adriano Naves de Brito (Unisinos, doutor em Filosofia); Angelica Massuquetti (Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade); Berenice Corsetti (Unisinos, doutora em Educação); Celso Cândido de Azambuja (Unisinos, doutor em Psicologia); César Sanson (UFRN, doutor em Sociologia); Gentil Corazza (UFRGS, doutor em Economia); Suzana Kilpp (Unisinos, doutora em Comunicação).

**Projeto Gráfico:** Ricardo de Jesus Machado

**Responsável técnico:** Guilherme Tenher Rodrigues

**Imagem da capa:** PxHere

**Revisão:** Isaque Gomes Correa

**Editoração:** Guilherme Tenher Rodrigues

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos.  
– Ano 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .v. 21.  
Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.  
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 19, n. 326 (2021).  
ISSN 2448-0304  
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo/RS, Brasil

# A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil

Eduardo Brasileiro

**RESUMO:** A partir da escuta de lideranças diversas que constroem a Economia de Francisco e Clara no Brasil, o presente texto pretende desenvolver olhares e sistematizar a práxis política desenvolvida por este pacto nascido do Papa Francisco e mobilizado pela Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara. Munido dos projetos mobilizados em nível internacional da Economy Of Francesco, reconhece-se o trabalho em nível nacional desenvolvido por jovens, professores, agentes de pastorais, lideranças de movimentos populares, lideranças de movimentos inter-religiosos e ecumênicos empenhados em uma transformação da realidade econômica por meio de interações entre diferentes modos de integração econômica, para além do mercado, a saber a perspectiva da territorialidade popular, os feminismos, cooperativismos, ecologias, espiritualidades e cosmologias e as lutas populares mobilizadas, que dão corpo a experiências concretas de outra economia performando um corpo das políticas desenvolvidas e defendidas pela Economia de Francisco e Clara no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia de Francisco e Clara. Os comuns. Políticas Públicas. Cultura do encontro. Letramento econômico.

# The political construction of Economy of Francesco and Clara

Eduardo Brasileiro

**ABSTRACT:** Based on listening to the diverse leaders who are building the Economy of Francesco in Brazil, this paper aims to develop insights and systematize the political praxis developed by this pact born of Pope Francis and mobilized by the Brazilian Articulation for the Economy of Francesco and Clara. Armed with the projects mobilized at international level by Economy of Francesco, the work carried out at national level by young people, teachers, pastoral workers, leaders of grassroots movements, leaders of inter-religious and ecumenical movements committed to transforming the economic reality through interactions between different modes of economic integration is recognized, beyond the market, namely, the perspective of popular territoriality, feminisms, cooperativisms, ecologies, spiritualities and cosmologies, and mobilized popular struggles, which give shape to concrete experiences of another economy performing a body of policies developed and defended by the Economy of Francesco in Brazil.

**KEYWORDS:** Economy of Francesco and Clara. The commons. Public Policy. Culture of encounter. Economic Literacy.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

|              |   |
|--------------|---|
| ABEFC        | Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara           |
| ABPES        | Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária        |
| ALBA         | Aliança Bolivariana das Américas                                    |
| ANA          | Articulação Nacional da Agroecologia                                |
| ASA          | Articulação do Semiárido  |
| AS-PTA       | Agricultura Familiar e Agroecologia                                 |
| CEB          | Comunidade Eclesial de Base   |
| CELAM        | Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho                     |
| CEPA         | Centro de Espiritualidade Pe. Arturo                                |
| CNBB         | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil                           |
| CONCRAB      | Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil          |
| COP21        | Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015  |
| CPP          | Conselho Pastoral dos Pescadores                                    |
| CRESOL       | Cooperativa de Crédito Solidário                                    |
| CUT          | Central Única dos Trabalhadores                                     |
| DIEESE       | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| EFC          | Economia de Francisco e Clara                                       |
| EoF          | <i>Economy Of Francesco</i>   |
| FAPEMIG      | Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais                       |
| FEICOOP      | Feira Internacional Do Cooperativismo                               |
| FESPSP       | Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo               |
| GT           | Grupo de Trabalho   |
| ICAR         | Igreja Católica Apostólica Romana                                   |
| IFTDJ        | Instituto de Filosofia e Teologia Dom João Resende Costa            |
| MAB          | Movimento de Atingidos pelas Barragens                              |
| MAM          | Movimento pela Soberania Popular na Mineração                       |
| MST          | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                        |
| PUC MG       | Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais                    |
| PUCPR        | Pontifícia Universidade Católica do Paraná                          |
| REPAM        | Rede Eclesial Pan-Amazônica   |
| RNBC         | Rede Nacional de Bancos Comunitários                                |
| SENAES       | Secretaria Nacional de Economia Solidária                           |
| UFAM         | Universidade Federal da Amazônia                                    |
| UNICAFES     | União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária |
| UNICAMP      | Universidade Estadual de Campinas                                   |
| UNICATADORES | União Nacional dos Catadores de Material Reciclável                 |
| UNICOPAS     | União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias          |
| UNIFESP      | Universidade Federal de São Paulo                                   |
| UNISOL       | Central das Cooperativas de Empreendimentos Solidários do Brasil    |
| USP          | Universidade de São Paulo   |

# A construção política da Economia de Francisco e Clara no Brasil

Eduardo Brasileiro

Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas e  
membro do Secretariado da Articulação Brasileira  
pela Economia de Francisco e Clara

“A gestação do novo, na história, dá-se, frequentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente predominante” (Milton Santos).

**E**m 1º de maio de 2024 celebraram-se os cinco anos do chamado do Papa Francisco para que fosse desenvolvido um pacto global denominado Economia de Francisco<sup>1</sup>. Este chamado foi acolhido no Brasil meses depois<sup>2</sup> no salão da Paróquia São Domingos, histórico

1 A identidade global foi definida como *Economy Of Francesco* (EoF).

2 Em 10 de julho de 2019, estiveram presentes neste encontro ativistas do movimento cultural (ligados aos Pontos de Cultura), professores e pesquisadores (como Ladislau Dowbor) e lideranças eclesiais (como o padre Paulo Sérgio Bezerra, pároco de N. S. do Carmo em Itaquera, o padre Júlio Lancellotti, vigário episcopal

espaço de resistência contra a ditadura civil militar no Bairro de Perdizes, em São Paulo. A convite de Célio Turino e Silvana Bragatto<sup>3</sup> e com a disponibilização do espaço pelo Frei Betto, religioso dominicano e escritor, reunia-se um grupo heterogêneo de pessoas interessadas em saber o que era este chamado do Papa Francisco.

Discursou durante uma hora o argentino e diretor mundial da Fundação Scholas Ocurrentes, José Maria Del Corral, que conviveu com o Papa Francisco quando este era arcebispo de Buenos Aires, promovendo a Escola de Vizinhos que, em 2013, inspirou a fundação de direito pontifício Escolas do Encontro (em latim, *Scholas Ocurrentes*). A síntese de sua fala neste dia estava no desejo de encontro entre a economia e as realidades. Corral e os presentes não tinham nada além de uma carta do Papa Francisco convidando os jovens para um encontro na cidade de Assis, para “construir uma economia que faça viver”<sup>4</sup>. Contudo, a disposição de Corral em difundir a ideia era a partir da seguinte alusão: “Francisco pegou uma bola de futebol e colo-

---

para o povo de rua, e o frei Márcio Couto, pároco da Paróquia São Domingos). O dia foi de contrastes, porque, enquanto nascia o esforço desta articulação, era aprovada naquela noite a Reforma da Previdência no Congresso Federal pelo governo Bolsonaro.

3 Silvana Bragatto e Célio Turino são fundadores do Instituto Casa Comum, organização surgida para, entre outros compromissos, dar a conhecer no Brasil a cultura do encontro proposta pelo Papa Francisco.

4 Trecho da fala do Papa Francisco na Carta de 1º de maio de 2019: “Escrevo-vos a fim de vos convidar para uma iniciativa que desejei muito: um evento que me permita encontrar-me com quantos estão a formar-se e começam a estudar e a pôr em prática uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a devasta. Um acontecimento que nos ajude a estar unidos, a conhecer-nos uns aos outros, e que nos leve a estabelecer um ‘pacto’ para mudar a economia atual e atribuir uma alma à economia de amanhã” (Francisco, 2019, s.p.).



cou no meio do campo. Ele quer que joguemos, comecemos a pensar em novas formas de passar a bola uns aos outros”<sup>5</sup>, referindo-se ao desafio de se discutir um novo pacto econômico entre as múltiplas ideias e um objetivo comum: mudar a economia.

Nos meses seguintes, entre agosto e novembro a novidade da formação de uma articulação brasileira para difundir a Economia de Francisco levou a uma reunião em uma sala cedida pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese)<sup>6</sup> e o interesse aumentava, fazendo com que a cada reunião chegassem mais pessoas. A característica do grupo era plural: militantes populares, professores, pesquisadores, lideranças de organizações sociais e sindicais, integrantes de pastorais e Comunidades Eclesiais de Base e frentes inter-religiosas eram atraídos pela possibilidade de mobilização de uma agenda complexa, a saber, economia, motivada pelo Papa Francisco.

Antinomia dos cânones do mercado globalizado, a EFC é atualmente marcada pela prevalência católica, com presença ecumênica (Sofiaty; Souza, 2021), amplitude suprapartidária e de tendências produzidas por movimentos populares, eclesiais, políticos e ambientais. Um ponto comum é a marca da presença de lideranças dos movimentos críticos à globalização da economia neoliberal e financeirizada e também com forte presença nas primeiras reuniões desta articulação dos organizadores do Fórum Social Mundial (FSM) por possuírem uma forte interação dos movimentos sociais no plano internacional, através dos movimentos

---

5 Relato verbal. Anotações do pesquisador no evento.

6 A pedido de Frei Betto, o economista e educador popular Thomaz Jensem construiu uma parceria do grupo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

camponeses e, por fim, de uma presença heterogênea de juventudes advindas de variados substratos sociais, políticos e religiosos. Maria da Glória Gohn afirma que isto é um reflexo da internacionalização dos movimentos globais (Gohn, 2019, p. 109).

Nesta pesquisa<sup>7</sup>, observaremos a relação desenvolvida pela produção de novas economias desde o nascente movimento da *Economy of Francesco* (EoF) até a recepção brasileira desenvolvida pela Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), e como é produzida nesse período uma chave de práticas para outra economia. Isto parte em demonstrar as tendências surgidas desta articulação a partir da chave interpretativa latino-americana decolonial. Da identificação de como a EFC capta a complexidade da relação econômica na vida comunitária e como fortalecem o escopo de atuação dos movimentos ao avanço de novas economias. Nesta cartografia sobre a EFC no Brasil, define-se um corpo coletivo que incide na promoção de economias populares (Gago, 2018), por meio da compreensão da intervenção social dos atores políticos, das entidades e do conjunto de pessoas que compõem a articulação. E, como a práxis econômica popular, consolida-se sob os conceitos de transição ecológica, mobilização territorial, por meio de processos de educação popular informal e formal.

Assim, a construção política da EFC se fundamenta em uma rede que forma e mobiliza-se como movimento, articulando agendas políticas de movimentos já tradicionais, como se articulam os movimentos e as 7 Desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), o presente texto foi apresentado como parte da Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) defendida em dezembro de 2023.

pessoas em forma de rede, e constroem um horizonte comum de ação. O primeiro ponto de parada é o alargamento do cânone econômico desenvolvido pelos mercados nas últimas décadas e o reconhecimento da fatídica desincrustação da economia em relação à sociedade definida por Polanyi (2021, p. 105) como “a divisão institucional da sociedade em uma esfera econômica e uma esfera política”. Retomando a perspectiva da economia política, a EFC aponta justamente o contrário, para novas economias costuradas no corpo multiforme das realidades. Conforme afirma a própria ABEFC (2019, p. 5):

Economias no plural. Economias solidárias e populares, criativas, colaborativas. A economia circular e ecológica. As economias da dádiva, a festa comunitária, a comunhão. A economia feminista, das mulheres. As economias camponesas e tradicionais. A economia do cuidado, a economia doméstica. As economias digitais e do *software* livre. A economia da cultura. O mundo do trabalho, enfim. As economias vivas.

A ideia-força de novas economias apregoada pela ABEFC é a identidade que cimenta sua coesão e que forma sua ação comunicativa. Ela se vale do que afirma Habermas (1985, p. 111) sobre a noção procedimental da democracia: a formação da opinião e da vontade política, considerando as relações intersubjetivas do mundo da vida e conteúdos normativos do Estado democrático. A ABEFC construirá premissas educativas, territoriais e ecológicas próprias dinamizando-a como movimento e, como tal, colocando-se publicamente ao responder desafios sobre a noção de desenvolvimento, tecnologia, governança e organização social.

Partindo do princípio de que toda prática social

produz conhecimento e desconstruindo a ideia de que haja apenas o conhecimento econômico referenciado pela economia neoliberal, a premissa é de que existe uma economia política que analisa criticamente os elementos históricos formadores da economia e reflete, à luz desses elementos, um critério ético de garantia do bem comum. Esse processo recupera e ressignifica valores presentes nas práticas e saberes tradicionais das comunidades, em especial dos povos negros, caboclos, quilombolas, indígenas, mulheres, bem como fornecem as resistências comunitárias diante do avanço do paradigma tecnocrático (Francisco, 2015, n. 111). A ABEFC é uma rede que está em processo de construção de um movimento, que também ressignifica a organização política de comunidades que refletem os caminhos da economia e assumem a identidade de novas economias.

Assim, a análise da incidência da articulação e da construção de forças políticas ocorre pela particularidade da análise empreendida pelo Papa Francisco e seus desdobramentos no contexto brasileiro por meio de estudo de atores políticos da ABEFC, de movimentos que consolidam a articulação nacionalmente e por relações nacionais e internacionais que este movimento aspira. Em uma segunda parada observando esta rede, isto é preciso identificar pelo processo de pressão por novas institucionalidades dentro da democracia que reposicionem a economia e a sociedade retirando as experiências coletivas e comunitárias construtoras da democracia de dentro dos mercados e recolocando a economia dentro da democracia.

Os atores políticos analisados nesta pesquisa podem ser reconhecidos como empreendedores de polí-

ticas (Mintrom, 1997), muito embora a crítica existente ao termo empreendedor por conta da sua captura pelo neoliberalismo, que tanto política como ideologicamente marca a espoliação da classe trabalhadora (Anderson, 1995, p. 22). Este é só mais um aspecto da gana colonizadora de imaginários do neoliberalismo. As atividades mais importantes dos empreendedores de políticas incluem a identificação de problemas, a criação de redes em círculos políticos, a definição dos termos dos debates políticos e a construção de coalizões para apoiar a mudança política. Os empreendedores de políticas exibem altos níveis de percepção social em sua capacidade de examinar e interpretar seu ambiente operacional com o objetivo de alcançar mudanças nas políticas.

Participaram do estudo atores da ABEFC envolvidos com movimentos populares e eclesiais, percorrendo a experiência de vida dessas pessoas e os seus engajamentos na construção da agenda da Economia de Francisco e Clara. Foram onze convidados, de acordo com o acontecimento das entrevistas e a análise em relação ao perfil da próxima pessoa a ser convidada. Os convidados atenderam os convites sem dificuldade, e a escolha da ordem foi priorizada a partir dos critérios: engajamento da EFC em outros espaços de atuação (Paulo Petersen, Regina Dantas de Carvalho [Tia Rege], Francisco Del Chavion [Chicão] e Marcelo Apel), construção da EFC por meio de núcleos territoriais (Marcia Molina e irmã Lourdes Dill), lideranças nacionais (Peterson Prates, irmã Elis dos Santos e Célio Turino) e o engajamento de pautas de movimentos populares e eclesiais na EFC (Marina Oliveira e Vitor Tonin).

Buscou-se favorecer a amostragem teórica com o direcionamento pela busca de equidade de gênero entre os participantes da ABEFC. Mesmo assim, a maioria dos entrevistados foi do sexo masculino, bem como também não se logrou a paridade no que tange à autodeclaração de cor, visto que apenas duas pessoas participantes se declaram pretas e uma indígena. Por outro lado, ao delimitar a construção política neste estudo, buscou-se interpretar a abrangência reflexiva e a atuação política da articulação, embora o número de entrevistados não seja suficiente para destacar o relevo e a abrangência das discussões que permeiam o imaginário e a prática política. Foi escolhida uma diversidade baseada na relação construída com a articulação e no perfil de empreendimento político realizado por estes atores:

As atividades mais importantes dos empreendedores políticos incluem a identificação de problemas, a criação de redes em círculos políticos, a definição dos termos dos debates políticos e a construção de coalizões para apoiar a mudança política. Os empreendedores de políticas exibem altos níveis de percepção social em sua capacidade de examinar e interpretar seu ambiente operacional como objetivo de alcançar mudanças nas políticas (Mintrom, 1997, p. 747, tradução nossa).

Os atores entrevistados gozam desta peculiaridade. São perfis com presença irradiadora em articulações, o que os fizeram levar a ABEFC para outras paragens do alcance feito pelo chamado do Papa Francisco em 2019. São atores com militância política anterior à própria EFC, encontrando nesta articulação possibilidades de reinventar e reimaginar a luta política contemporânea.

Tabela 1: Identificação dos(as) entrevistados(as)

| Identificação |                       |    | Cidade         | Lugar de atuação  | Formação acadêmica   | Idade   | Gênero    | Autodeclaração de cor |
|---------------|-----------------------|----|----------------|---|--|---------|-----------|-----------------------|
| 1             | Paulo Petersen        | RJ | Rio de Janeiro | Articulação Nacional da Agroecologia (ANA).   | Coordenador executivo da ONG AS-PTA, membro do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia. Agrônomo, doutor em Estudos Ambientais. | 57 anos | Masculino | Branco                |
| 2             | Marcia Molina         | SP | Campinas       | Farmacêutica sanitaria aposentada. Faz parte da coordenação do Núcleo Campinas da ABEFC e da Cozinha Solidária.   | Doutora em Saúde Coletiva pela UNIFESP.  | 62 anos | Feminino  | Branca                |
| 3             | Lourdes Dill          | RS | Santa Maria    | Agente da Caritas, religiosa, missionária e cofundadora da FEICOOP.   | Licenciatura Plena em Economia Doméstica com destaque a questão Urbana e Rural na Universidade de Passo Fundo RS.                                | 72 anos | Feminino  | Branca                |
| 4             | Peterson Prates       | SP | São Paulo      | Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).   | Graduado em Jornalismo e pós-graduando em Ciência Política.  | 27 anos | Masculino | Preta                 |
| 5             | Elis dos Santos       | AM | Manaus         | Religiosa consagrada da Congregação das Irmãs da Divina Providência. Secretariado Nacional da ABEFC. Comissão da Ecologia Integral da Arquidiocese de Manaus. Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Manaus. Articuladora da ABEFC - Amazônia Legal e especificamente em Manaus com a casa Amazônica de Francisco e Clara. | Formada em Pedagogia, especialização em Orientação Educacional e mestrado em Antropologia Social (UFAM).   | 37 anos | Feminino  | Indígena              |
| 6             | Célio Turino          | SP | São Paulo      | Políticas públicas.   | Historiador, doutor em Humanidades pela USP.   | 62 anos | Masculino | Branca                |
| 7             | Regina Dantas         | BA | Salvador       | União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).   | Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária.   | 70 anos | Feminino  | Branca                |
| 8             | Vitor Tonin           | SP | Campinas       | Cooperativa de Crédito Solidário (CRESOL).  | Doutor em Economia (UNICAMP).  | 35 anos | Masculino | Branco                |
| 9             | Marcelo Apel          | DF | Brasília       | Comissão Pastoral dos Pescadores.   | Filósofo, cientista social, especialista em Manejo Colaborativo de Conflitos Socioambientais.  | 61 anos | Masculino | Branco                |
| 10            | Marina Oliveira       | MG | Belo Horizonte | Militante contra a exploração mineral em MG.  | Doutoranda em Relações Internacionais.   | 27 anos | Feminino  | Branca                |
| 11            | Francisco Del Chavion | DF | Brasília       | Setor de produção do (CONCRAB/MST) e na organização das cooperativas e presidente da UNICOPAS.  | Tecnólogo nível superior em agroecologia.  | 70 anos | Masculino | Branca                |

É importante ressaltar que estes atores políticos não possuem cargos em esferas políticas institucionais. Por mais que alguns tenham sido já gestores públicos, eles possuem de forma predominante raízes com os movimentos populares, articulada com atores da sociedade civil, o que pode ser referido pela noção de autonomia inserida (Evans, 1996). Segundo Rocha (2019, p. 319), “o conceito de ‘autonomia inserida’ significa que as estruturas e estratégias do Estado exigem suportes sociais complementares, para uma ação eficiente; e que, de outra forma, os movimentos sociais dependem das decisões estatais para a consecução de seus interesses”. O engajamento desses atores políticos denota a importância desse conhecimento híbrido entre o conhecimento técnico do poder público e a cooperação direta de setores da sociedade civil no coração das políticas do Estado.

Peterson Prates é morador da periferia de São Paulo, em Sapopemba. Jornalista, atua nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) representando a sua região na Colegiada do Regional Sul 1 da CNBB. Integrante da ABEFC desde o 1º Encontro Nacional da Economia de Francisco e Clara e membro do secretariado<sup>8</sup> da ABEFC, ele afirma:

A articulação conseguiu atingir uma maturidade organizacional de articulação de forma muito rápida e conseguiu difundir o chamado do Papa. [...] Então se a gente pensar, por exemplo, no que a Igreja do Brasil entende por Economia de Francisco e Clara hoje 100% é pelo que a ABEFC ofereceu (Prates, 2023,

8 A partir do encontro de planejamento de 2023, a ABEFC estabeleceu a esfera de governança do secretariado como espaço representativo dos grupos de trabalhos, a saber: Movimentos e Entidades Nacionais; Territórios e Casas de Francisco e Clara; Saberes e Incidência; Comunicação e Projetos, para facilitação e condução das atividades em nível nacional.



entrevista verbal).

Peterson diz que o efeito mobilizador inicial foi alcançado devido à atração promovida pelo Papa. Contudo, alerta que boa parte ou a maioria do que é refletido no Brasil sobre Economia de Francisco e Clara é fruto do que fora produzido na ABEFC neste período.

É o que afirma também Vitor Hugo Tonin, paulista de Capivari, doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e militante das finanças solidárias pelo Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas e Osasco, em São Paulo, conduzindo a CRESOL nessas duas cidades e militante do Livres – Rede de Produtos do Bem. Tonin reconhece a caminhada da ABEFC nesses últimos anos nos seguintes termos:

A ABEFC tem um potencial agitativo e formador, já consolidado. Uma capacidade de agitação, de levar o debate, de ocupar espaços dentro da Igreja, de fazer trabalho de base, no sentido de formar pessoas, muito importante e já consolidado. Isso a articulação faz de melhor. Eu acho que eu colocaria de desafio, de diferente, seria construir, de fato, alternativas econômicas concretas (Tonin, 2023, entrevista verbal).

O reconhecimento da articulação por parte significativa de setores do catolicismo brasileiro, ainda que diante de um longo percurso para seu conhecimento integral e os desafios diante de apresentar alternativas concretas, é o ponto de partida das análises de muitos integrantes da ABEFC. O condensado de reflexões presentes em seu bojo apresenta um conjunto de expressões e práticas latino-americanas. É uma confluência de atores políticos do universo eclesial e do campo po-

pular, afeitos às reflexões no âmbito utópico e militante. Mas o que desperta a ABEFC é a urgência diante do capitalismo e o ímpeto de buscar o freio de emergência diante das catástrofes (Löwy, 2019). Isto tomará propulsão na encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco.

Regina Dantas Carvalho, conhecida por Tia Rege, baiana de Vitória da Conquista, presidente da UNICAFES Bahia (2020-2024), diz que tudo começou com a *Laudato Si'*, encíclica lançada em 2015. A EFC faz parte de um movimento gerador feito por este documento e os 3 T's (Terra, Teto e Trabalho) (Carvalho, 2023, entrevista verbal). O discurso de Francisco em outubro de 2014, no 1º Encontro Mundial dos Movimentos Populares, sintetiza as três grandes urgências iniciais de seu pontificado: “Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos” (Francisco, 2014, s.p.). A urgência sociopolítica se unirá à urgência socioambiental em 2015, decisiva para pressão do acordo de Paris da COP21<sup>9</sup>. Ocorre que a percepção de Tia Rege é sobre os movimentos que o líder máximo da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) foi somando em sua trajetória e que reverberou em um conjunto de atores em nível brasileiro, somando-se ora por afinidade as ideias, ora por reconhecimento e despertar para essas pautas.

Foi o que ocorreu com o entrevistado Célio Turino, que assim falou:

---

9 O Papa Francisco desempenhou um papel significativo na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, conhecida como COP21, realizada em Paris. No evento, o papa publicou uma encíclica histórica intitulada *Laudato Si'*, que abordou questões ambientais, mudanças climáticas e a responsabilidade moral de proteger o planeta. O documento foi bem recebido por muitos líderes mundiais e ativistas ambientais que estavam reunidos na COP21.

O Papa Francisco por alguma razão, ele conheceu experiências de Pontos de Cultura ainda quando Jorge Bergoglio, como arcebispo. Aí quando papa, a assessoria dele procura quem tinha idealizado os projetos. E chegam a mim, me convidam para ir para o Vaticano. Foi algo muito rápido, porque entre o primeiro contato e a minha ida ao Vaticano foram 20 dias. Aí eu fui para o Congresso do *Scholae Ocurrentes* (Turino, 2023, entrevista verbal).

A fundação *Scholae Ocurrentes* foi uma das envolvidas no processo de seleção global dos participantes da EoF e que convidaram Célio Turino e Silvana Bragatto a selecionarem os jovens participantes do primeiro encontro mundial da EoF. Silvana e Célio trazem algo muito em comum com Paulo Petersen, Vitor Tonin, Marina Oliveira e Francisco Del Chavion, que foram também entrevistados: não estavam envolvidos com agendas católicas, o que mudou a partir da eleição do Papa Francisco em 2013.

Marina Oliveira, jovem de Brumadinho/MG, atingida pelo rompimento da barragem da Vale em 2019. Em maio, ao saber do chamado do Papa, decide se envolver na mobilização:

[Em maio foi] quando eu me atentei que eu tinha que entender, discutir e me apropriar mais desses assuntos já que a economia que eu estava acostumada tinha matado as pessoas que eu amava<sup>10</sup>. Então, foi nessa perspectiva de tentar descobrir outros caminhos e elaborar também os impactos do capitalismo que eu me inseri na economia na proposta do

---

10 Marina é uma das milhares de pessoas atingidas pelo crime da Vale em Brumadinho ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Neste dia uma barragem de rejeitos de mineração da empresa se rompeu, causando uma enxurrada de lama e resíduos tóxicos que devastou a região. O rompimento da barragem resultou na morte de 270 de pessoas, incluindo funcionários da Vale e moradores locais, bem como na destruição de casas, estradas e áreas de vegetação.

Papa Francisco. E a partir disso, tentei trazer, sobretudo para as comunidades e para as organizações que eu trabalho em parceria, que são as comunidades ligadas à Igreja e aos movimentos sociais no campo popular é a proposta do Papa Francisco, da economia de Francisco e Clara (Oliveira, 2023, entrevista verbal).

A onda criada pelo pontificado de Francisco com clara acepção humanista, o que se pode determinar como um novo humanismo (Guimarães *et al.*, 2023), fez nascer uma miríade de articulações, projetos, movimentos, fóruns, grupos e até pastorais, buscando a partir do apelo papal impulsionar as discussões a que já pertenciam. O que faz da ABEFC um caso peculiar é a diversidade de agendas propostas, desde a eclesiologia latino-americana impulsionada por Francisco até a preponderância das lutas populares latino-americanas e o protagonismo de quem as mobiliza, as juventudes.

Os subtópicos a seguir desenvolverão o olhar sobre estes pontos: “Economia de Francisco e Clara na defesa dos comuns: territorialidade, feminismos, indigenismo e cooperativismo”; “A Economia de Francisco e Clara na formação da esperança: ecologias, cosmologias e espiritualidades”; e “A cultura do encontro: Casas de Francisco e Clara, lutas populares e novas associações”.

## **I A ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA NA DEFESA DOS COMUNS: TERRITORIALIDADE, FEMINISMOS, INDIGENISMOS E COOPERATIVISMO**

O apelo a uma nova economia sob a insígnia da fraternidade tomou corpo por uma série de iniciativas que emergiram das práticas dos movimentos

populares a partir da ecologia de saberes (Santos, 2007) propostos pelo pensamento decolonial (Ferdinand, 2022). É o caso da irmã Elis Alberta Ribeira dos Santos, da Congregação da Divina Providência, indígena do povo Mura e mestra em Antropologia. Ela vem incentivando a experiência da EFC em Manaus. Elis, que compõe o secretariado da ABEFC pelo GT Saberes e Incidência, é envolvida muito mais pelo compromisso como indígena do que como missionária. Ela afirma que talvez esse seja o determinante para impulsionar a sua missionariedade:

Eu vou falar a partir de uma perspectiva indígena, que eu acredito que é da onde a gente ocupa, principalmente a Bárbara Flores<sup>11</sup> e eu, ocupamos o nosso lugar na ABEFC. [...] Eu integro uma congregação, mas eu sempre procuro ocupar esses espaços a partir de uma perspectiva indígena e como religiosa. E a gente sempre tem falado isso [...] sobre essa questão da valorização das economias tradicionais. Das economias indígenas, e que a ABEFC que nos ajude também a valorizar essas economias, sabe? E a nossa forma de compreender a economia dentro das nossas organizações indígenas, que um território indígena ele não é improdutivo, ele é vida. A forma que se organiza uma sociedade indígena não deve ser pensada a partir do ocidente. E principalmente da Europa (Santos, 2023, entrevista verbal).

O esforço empreendido por pessoas como a irmã Elis dos Santos na ABEFC tem sido de duplo movimento: por um lado, reverbera a intencionalidade de ampliar a compreensão de economia, compreendendo as economias indígenas e tradicionais, missão centrada sobretudo em dar visibilidade às experiências vividas

---

11 Indígena do povo Borum-Kren, ativista e escritora, doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente e integrante da ABEFC.

pelo Brasil e, por outro lado, realizar o que Svampa (2019) chama de giroecoterritorial. Esta ideia tem a ver com a valorização das diferentes formas de habitar e conviver na formação social da territorialidade e abraça diversas correntes teórico-ideológicas que defendem a terra e participam das lutas socioambientais. Estas incluem desde a matriz indigenista e camponesa até os movimentos autonomistas, classistas, ambientalistas e ecofeministas. A convergência de lutas, que, em resumo, estão comprometidas com a justiça ambiental, representa uma alternativa em crescimento para a resistência ativa contra o neoextrativismo na América Latina. Além disso, estas lutas servem como fonte de inspiração para o enfrentamento do avanço do autoritarismo capitalista e da crescente degradação socioambiental.

Ao explorar os conflitos socioambientais intrínsecos às práticas extrativas da economia capitalista neoliberal, os participantes da ABEFC revelam um confronto entre diferentes visões de mundo e concepções de desenvolvimento humano e territorial presentes nos territórios. O ponto de equilíbrio e de partida, é que o território, reivindica a associação em defesa do bem comum. O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e dar-lhes vida. É por isso mesmo o princípio político que define um novo regime de lutas em escala mundial (Dardot; Laval, 2017). Como afirma a entrevistada Marina Oliveira:

Quando eu estou discutindo de economia, de Francisco e Clara, eu estou discutindo economia popular. (Ela) é pensada a partir dos movimentos sociais. E aí, nisso a gente vai tam-

bém vendo oportunidades de se organizar e de pensar outros modelos. E é isso que esses movimentos vêm fazendo, o MST na questão agrária, sobretudo pensando na agricultura familiar. Pensando no desenvolvimento a partir da agricultura familiar, mas pensando também no desenvolvimento da soberania dos recursos naturais, a mineração, e pensando como que a gente tem que se apropriar disso para poder pensar (Oliveira, 2023, entrevista verbal).

Marina apresenta uma perspectiva segura de caminho que muitas vezes não é compreendida no próprio bojo dos movimentos, o que pode ser reconhecido por uma ausência de espaços frequentes de debates e fóruns entre participantes da articulação. Marcelo Apel reside em Brasília, trabalha há trinta anos com pescadores artesanais, é secretário executivo para Economia Solidária do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e atua na ABEFC desde 2021, quando foi aprovado, em assembleia do próprio CPP, o envolvimento com a EFC. Marcelo Apel afirma haver o desafio de construir uma visão ampliada sobre a Economia de Francisco e Clara para além da economia solidária. Contudo, ele entende o papel político dela a partir de um olhar processual que ocorre no chão da vida dos trabalhadores e resulta em uma concepção ampla de economia. Confira o entrevistado:

A microeconomia não muda a macroeconomia por si só. Mas ela tem um peso muito forte naquilo que é o dia a dia da economia das pessoas [...] Eu lembro de um exemplo do pescador que ele disse assim, - *Marcelo, quantos grãos de farinha tem um saco de 60 quilos?* - *Aí eu fiquei olhando para ele, e disse “sei não”, bora contar diz ele. Qual a importância disso para as pessoas?* [...] A gente estava discutindo pesca artesanal, é muito dispersa a pro-

dução e não está centralizada, mas quando a gente começa a sentar com os pescadores, levantar a produção deles, o que eles comem, o que eles vendem, tem lugares na Amazônia que a pesca representa até 18% do PIB da cidade. Isso só na primeira venda e contando isso, então às vezes a gente não dá essa importância porque é uma coisa invisível e a microeconomia tem muito isso, às vezes ela é muito invisível, mas ela gera uma quantidade de recurso relativamente grande. Então, aqui para mim tem um campo que precisa ser cuidado, discutido e pensado. E eu acho que todas as experiências um pouco que a gente tem feito de microcrédito, de fundo rotativo de bancos comunitários, ela está muito nessa perspectiva (Apel, 2023, entrevista verbal).

Marcelo Apel integra o GT Movimentos Populares e Entidades Nacionais da ABEFC que decidiu, no contexto das eleições de 2022, produzir uma “Carta compromisso: eleições 2022 – Realmar a economia para que esteja a serviço da vida” (ABEFC, 2023). A carta foi composta pelos integrantes do GT que fazem parte de entidades nacionais, a saber: UNICOPAS, CONCRAB/MST, UNICATADORES, CPP, UNISOL, UNICAFES, ABPES, ANA, ASA, RNBC, e, entidades que se somaram especialmente a esta produção: MAB, MAM, CUT, Força Sindical, Cáritas Brasileira e Intersindical. A carta centrou sua análise nas agendas nacionais de revogação de políticas e na retomada de investimento com um olhar sobre a gestão pública, o trabalho, as empresas, as autarquias e outras instituições públicas, além de política fiscal, orçamento e transição socioecológica.

O material possui agendas específicas de caráter multidimensional (para o executivo e para o legislativo federal). Além das agendas de pressões, o documento



perpassa cinco propostas de cada entidade nacional que servirão de compromissos a serem assumidos por parlamentares. O contexto das eleições de 2022 à presidência polarizada entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, fez com que os integrantes da ABEFC tentassem, por inúmeros espaços, incidir para o conhecimento do candidato Lula destas propostas<sup>12</sup>, dado que o outro candidato era avesso a todas elas. A carta compromisso gerou inúmeras audiências públicas, como na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e em encontros de comunidades, movimentos e paróquias com candidatos a deputados federais.

Uma economia voltada para a defesa dos comuns é a concretização desta reorientação da economia para uma governança sobre os bens comuns feitas pelas comunidades. A ABEFC, em sua inserção territorial, enseja concretizar espaços de escuta, de diálogo e de compreensão dos desafios que as pessoas têm ao seu alcance para a concretização do bem comum. Então, o que Elis, Marina e Marcelo convergem é na compreensão de que há uma necessidade de fomento a contracondutas<sup>13</sup>. Essas ações envolvem a criação de

12 André Ricardo de Souza, coordenador do GT Movimentos e Entidades Nacionais, confirmou a chegada da carta ao presidente Lula por meio de diálogos com a presidente do PT, Gleise Hoffman, e o candidato a deputado federal na época Alexandre Padilha, atualmente ministro das Relações Institucionais.

13 Dardot e Laval (2017) introduzem o conceito de contracondutas para descrever as práticas individuais e coletivas de resistência e contestação que surgem em resposta à lógica do neoliberalismo. Essas contracondutas são ações de oposição à racionalidade e à moralidade do mercado e do empreendedorismo que dominam a sociedade contemporânea. Os autores argumentam que, diante da hegemonia neoliberal, as contracondutas representam uma forma de resistência e de construção de alternativas, buscando reafirmar valores e práticas que estão em desacordo com a lógica neoliberal e suas demandas por competitividade, individualismo e maximização do lucro. No livro, eles exploram a natureza e as implicações dessas contracondutas como parte de sua análise crítica do neoliberalismo

experiências de contato territorial que possibilitam a resistência à lógica predominante, permitindo a construção de alternativas que valorizem e protejam os bens e recursos compartilhados, em oposição à lógica neoliberal que os submete a interesses privados e à exploração desenfreada. Por meio do fomento dessas contracondutas, a articulação busca fortalecer a capacidade das comunidades de se apropriarem de seu território e recursos em prol do bem comum, em oposição à exploração que, além de ser colonizadora, aprofunda-se em sentido predatório.

O que a Economia de Francisco e Clara presente na Amazônia Legal tem como desafio é a construção de espaços de defesa das economias indígenas e comunitárias, apontando para a opinião pública uma bioeconomia atrelada ao que se reconhece como economia do conhecimento da natureza. Atenta aos discursos de uma economia verde, que quer apenas apropriar-se de conceitos supostamente sustentáveis e não deseja discutir o que é desenvolvimento para os pobres e povos destes territórios, uma bioeconomia deve ser um mergulho no saber amazônico através da associação de seus povos, florestas e rios:

A economia do conhecimento parte da premissa de ver a riqueza natural como fonte de desenvolvimento, mas não qualquer desenvolvimento que historicamente sabe-se a grande destruição empreendida. Trata-se do conhecimento que evite a destruição da biodiversidade, reconhecer o papel estratégico das populações originárias e indígenas e por fim, realizar uma transição econômica que reconheça os limites do progresso baseado no extrativismo e na exploração de recursos, para uma economia do conhecimento da natureza

---

e de suas influências na sociedade contemporânea.

(Abramovay, 2019, p. 100-107).

Francisco del Chiavon, o Chicão, presidente (2020-2023) da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS) pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB/MST) e participante do GT Movimentos e Entidades Nacionais responsável por apresentar as dimensões do cooperativismo desde 2019 na articulação, afirma que o território é o espaço unitário de organização coletiva a partir de quatro questões: a reconstrução dos biomas, a formação integral (política, econômica, social e cultural), a concepção de revolução na cotidianidade e o projeto popular para o Brasil:

Se a gente não tiver água, não tem economia que resolva. Não existem vidas se não tiver água. Então eu parto desse princípio, de que a vida futura surte na reorganização dos nossos biomas, que o mundo do capital, principalmente o latifúndio, desde que chegaram aqui já são mais de quinhentos anos sempre destruindo os biomas pra arrancar o capital aqui e acumular capital. Então, pra mim, a reconstrução dos biomas é um princípio para buscar as saídas que nós precisamos, não necessariamente só econômica, é também econômica, mas pra manter a vida humana (Chavon, 2023, entrevista verbal).

O cooperativismo na economia popular e solidária representa um horizonte alternativo à lógica neoliberal, destacando-se como uma abordagem crítica à predominância do mercado e ao individualismo econômico. Nesse contexto, o cooperativismo enfatiza a capacidade associativa das comunidades, encorajando a formação de cooperativas em que os membros colaboram de maneira igualitária e democrática na gestão e nos benefícios gerados. A integração de comunidades

por meio de cooperativas busca a promoção do bem comum, a justiça social e a redistribuição de recursos de forma mais equitativa, contrapondo-se à concentração de poder e riqueza típica do modelo neoliberal.

A perspectiva associativa na EFC é intrinsecamente ligada ao imperativo da fraternidade, o qual se materializa no projeto político popular dos movimentos sociais. Essa perspectiva se encaixa na abordagem cooperativa da economia popular e solidária, com um foco especial no protagonismo das mulheres, que vai desde a influência de figuras como Clara até a participação ativa nas diversas frentes de atuação no contexto da articulação. Essa interseção possui um vir a ser na ABEFC a partir da mobilização desses três conceitos que culminam na promoção de cooperativas lideradas por mulheres, na criação de redes de apoio com fundamentos feministas<sup>14</sup> na economia solidária e no devido reconhecimento das inestimáveis contribuições das mulheres para o movimento da economia solidária.

Cientes da importância de incidir no processo global, de forma a mostrar as vozes e propostas latino-americanas, e acenar positivamente ao fortalecimento da ABEFC, jovens do MST e da ALBA apresentaram um documento aos jovens da EFC com a centralização de uma nova cooperação internacional centrada em cinco eixos que poderão ser vistos abaixo.

Nós, os movimentos, organizações e militantes populares, queremos fazer chegar o presente documento ao Papa Francisco e a todos os participantes no encontro de Assis. Estamos convictos de que não se pode superar a

---

14 A Casa Amazônica de Francisco e Clara, organizada por integrantes da ABEFC em Manaus, tem dado seus primeiros passos mobilizando a experiência de saberes ancestrais indígenas, em especial do povo Mura e agroecologia.

crise socioambiental no contexto do sistema capitalista mundialmente hegemônico e é nossa intenção fornecer elementos para imaginar um sistema alternativo superador, erradicando a idolatria global do dinheiro que estrutura a economia global e as nossas vidas; dando centralidade à natureza, às mulheres e aos homens. [...] Sem deixar de reconhecer a amplitude do pensamento de Francisco, e sem nos arrogamos a ter a interpretação correta do mesmo, queremos propor uma visão que consideramos em sintonia com a radicalidade dos seus ensinamentos, e com a natureza revolucionária da fé cristã. Queremos também colaborar para construir e dar visibilidade a experiências alternativas de ser e trabalhar, de usufruir dos bens da natureza, que não respondam à racionalidade do deus dinheiro, mas sim à necessidade de bem viver do nosso povo. Nesse sentido, agrupamos as nossas propostas em cinco grandes eixos. 1. Ecologia integral e bens comuns; 2. Democracia econômica; 3. Terra, teto e trabalho; 4. Educação, saúde, comunicação e tecnologia; 5. Soberania, mobilidade humana e paz (ABEFC, 2020, s.p.).

Como já mencionado aqui, a recepção dos movimentos populares à EFC é uma oportunidade de articulação política global que os movimentos tanto almejam para dar visibilidade aos grandes desafios vividos pelos empobrecidos das periferias do capitalismo. Em síntese, o agrupamento de grandes eixos busca definir: o eixo “ecologia integral e bens comuns” abrange uma série de diretrizes voltadas para o uso responsável e equitativo dos recursos naturais em prol do bem comum e do desenvolvimento sustentável, em oposição à exploração predatória e à ganância capitalista. Isso inclui a garantia do acesso universal à água potável como um direito humano fundamental, a promoção

de políticas globais de descontaminação de alimentos, solos e água, o combate às emissões de carbono e outras formas de agressão ambiental, e a planificação do suprimento e consumo humanos com base em necessidades físicas, biológicas e espirituais. Além disso, defende uma Reforma Agrária Popular, a soberania alimentar, a transição para fontes de energia alternativas e renováveis, a reflorestação global, programas de recolha de resíduos e reciclagem, redução de embalagens desnecessárias, promoção de transporte público sustentável, acesso universal a fontes de energia seguras, e o respeito às culturas e territórios dos povos indígenas, quilombolas e afrodescendentes. Essas diretrizes visam promover um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

O eixo “democracia econômica” abrange uma série de propostas de promoção da equidade e o bem-estar globais. Isso inclui a implementação de uma renda mínima internacional, a criação de uma moeda global sob supervisão das Nações Unidas para substituir moedas como o dólar e o euro, o perdão das dívidas externas de nações mais pobres e a reestruturação das dívidas de países em desenvolvimento intermediário. Além disso, propõe a eliminação de instituições como o FMI e o Banco Mundial, o controle público dos mercados financeiros, a eliminação de paraísos fiscais e evasão fiscal, a implementação de um imposto universal sobre o comércio internacional de mercadorias para combater a desigualdade e a pobreza, e políticas tributárias progressivas para reduzir desigualdades. Também sugere o controle global dos preços de mercadorias essenciais, incentivos para investimentos produtivos, políticas de comércio internacional justas e impostos sobre indústrias prejudiciais à saúde, com a receita direcionada

para cuidados e acesso à saúde gratuitos. Essas propostas visam criar um sistema econômico mais equitativo e centrado no bem-estar humano.

O eixo “Terra, teto e trabalho” engloba um conjunto de políticas que buscam garantir direitos fundamentais à população. Isso inclui promover o pleno emprego através de políticas governamentais, apoiar a economia popular, estabelecer diálogo entre diversos atores sociais, incentivar formas alternativas de propriedade, reduzir a jornada de trabalho, criar empregos com enfoque social e ambiental, integrar bairros populares, desconcentrar o desenvolvimento urbano em áreas periféricas, planejar a ocupação de territórios com infraestrutura e serviços públicos e desenvolver polos tecnológicos para a produção sustentável. Essas medidas visam assegurar condições de vida dignas e oportunidades econômicas para a população, além de promover uma ocupação do território mais equitativa e sustentável.

O eixo “Educação, saúde, comunicação e tecnologia” abrange uma série de medidas para garantir o acesso à educação em todos os níveis, promover o direito das crianças e adolescentes a não trabalhar, respeitar a diversidade cultural nos programas educacionais e incentivar o desenvolvimento de uma economia orientada para a integração do ser humano com a natureza. Além disso, enfatiza o desenvolvimento de cuidados de saúde integrais não orientados pelo lucro, o acesso universal à saúde, a transferência solidária de tecnologia entre nações, a promoção de uma Nova Revolução Industrial com participação dos trabalhadores, uma comunicação democrática sem monopólios, a adoção de *software* livre, o investimento público em

educação, saúde e cultura, e a declaração do conhecimento científico como patrimônio da humanidade, eliminando privilégios relacionados a ele. Estas políticas buscam criar uma sociedade mais equitativa, educada, saudável e conectada, onde o conhecimento e a tecnologia sirvam a todos de forma justa e democrática.

Por fim, o eixo “Soberania, mobilidade humana e paz” enfatiza o respeito à soberania e autodeterminação de todas as nações, rejeitando ingerências imperialistas. Propõe a criação de um passaporte universal para permitir a livre circulação de pessoas que não tenham cometido crimes em seus países de origem. Além disso, busca a paridade na representação de governos e sociedades nos organismos internacionais, a eliminação de bases militares estrangeiras, intervenções militares e o controle estatal de serviços e recursos essenciais para o desenvolvimento econômico e qualidade de vida, como água, minerais, energia, terra, alimentos e transportes. Essas medidas visam promover a paz, a mobilidade global e a soberania das nações.

Os movimentos populares da ALBA e do MST compreendem a importância de ampliação desta discussão que fizeram chegar a Roma e ao Comitê Científico da EoF que nunca deu retorno a essas discussões. Contudo, na ABEFC este é um documento base que certifica o compromisso coletivo em nível internacional da articulação. Peterson Prates, retomando o conceito de articulação, pondera que ela deve ampliar os horizontes, pois a articulação conclama pactos globais, nacionais e regionais. Ao mesmo tempo que concretiza em pautas assumidas na territorialidade, ela atua em saídas emergenciais, mas sobretudo sinaliza processos emergentes globais de outra economia:



A contribuição da Economia de Francisco e Clara tem que ser sobretudo, já que é uma articulação, em reunir todos esses que estão dispostos a construir algo diferente e não deixar que sejam manequins, ou estruturas manipuladas pela estrutura do capitalismo. Não deixar que se tornem e que sejam cooptadas como, por exemplo, o discurso do empreendedorismo ou de uma economia criativa, de achar que uma luz no meio da precarização é a solução. A gente não pode fazer isso, não pode dar coro a isso. [...] a gente tem que estar revestido de uma economia política clara para quem tem que oferecer para esses grupos isso. De imaginar que eles têm que ser sementes, células de uma luta contra esse sistema econômico e não da gente achar brechas para conviver com esse sistema econômico. Então acho que a nossa contribuição, sobretudo disso, é dizer que a gente precisa ir além. São iniciativas interessantes da garantia de renda na garantia de vida, ou seja, no imediato, mas sinalizando para além disso (Prates, 2023, entrevista verbal).

Ao recordar o papel da ABEFC, Célio Turino afirma que desde o início a articulação é provocada a mobilizar ações mutualistas que iniciam experiências comunitárias de autogestão. A autogestão comunitária é a maneira pela qual o poder popular se organiza em torno de um projeto de libertação coletiva. Essa abordagem é colocada em prática por meio de comunidades que buscam construir e manter de maneira democrática, com total autonomia em relação aos objetivos e à administração dos recursos, sistemas de organização social capazes de identificar, combater e, ao longo do tempo, eliminar diversas formas de opressão, vivendo em comum<sup>15</sup>. Essas formas de opressão podem ser de

15 Os *Comuns* são estudados em vasta bibliografia sobre processos de resistência e proposição de alternativas ao neoliberalismo. Esse conceito foi sempre disputado pelos cristãos com base em

natureza econômica, política, cultural ou social, e a autogestão comunitária as aborda tanto dentro das próprias comunidades autogeridas quanto na sociedade como um todo. Ao fazê-lo, a autogestão comunitária não apenas supera relações de opressão e dominação, mas também estabelece novas relações econômicas, políticas, sociais e culturais que promovem a liberdade e o bem-viver de todos.

Portanto, a articulação possui uma pluralidade de práticas que a proíbe de cair em messianismos. A ideia de que bastaria introduzir-se nos interstícios do sistema para ir abrindo brechas aos poucos era considerada uma quimera pelos pensadores socialistas cooperativistas. A luta teria de ser tanto sindical e política como cooperativa e mutualista. O chamado “socialismo dos três pilares”, o de Jaurès e Mauss, baseava-se na concepção de que a luta por uma economia diferente teria necessariamente de ser total. Isto não representa um interesse de debate conceitual na ABEFC sobre qual tipo de socialismo ou não ela representa. Conclui Peterson Prates:

Ainda que o humanismo possa, e eu nem consigo dizer que o humanismo bebe da Doutrina Social da Igreja porque a própria concepção de humanismo integral, que bebe de Jacques Maritain antecede o que a gente

---

Atos 2, 43-45 (“Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum”), tanto é disputado por correntes marxistas e é enunciado com mais vivacidade por Michel Foucault ao estudar a governamentalidade neoliberal. Em Dardot e Laval (2017), é possível reconhecê-lo como uma prática instituinte, que se coloca na tarefa de manter o inapropriável como fundamento de toda a comunidade possível. Agamben (2014) apresenta a busca do ‘nada possuir’ de São Francisco, que é a busca por uma vida fora do direito e da propriedade, porque ela a ninguém pertence e somente se pode fazer um uso comum. A vida franciscana não se situa no plano da doutrina ou da lei, mas na experiência de um modo de vida e de relação com o mundo (Agamben, 2014).

entende por Doutrina Social da Igreja pela produção social da Igreja. [...] Como que a gente consegue, vou usar um termo que eu tenho usado também na articulação, encarnar esse humanismo, dizer de forma prática esse humanismo, o Papa Francisco nos ajuda. Quando ele diz, por exemplo, que essa nova economia precisa ajudar a gente a universalizar os três T's. Então, universalizar o direito sagrado à terra e à comida, universalizar o direito sagrado ao teto e a garantia da vida das famílias, universalizar o direito a ter direito no trabalho e ao trabalho. Isso ajuda a gente encarnar e dar rosto para o que a gente entende por esse humanismo, mas aí a gente volta. Qual que é o papel do estado dentro desse humanismo? Porque ainda que a gente tente fugir de uma coisa meio institucional a gente sempre vai ser levado para isso. Então é essa relação que às vezes pode parecer contraditória, mas que está no desafio futuro da articulação (Prates, 2023, entrevista verbal).

Este conjunto de reflexões que foram sendo elencadas acima anuncia o pano de fundo da discussão sobre a Economia dos Comuns. Esta aborda a gestão socializada e ecológica de recursos e bens como uma alternativa econômica, que envolve aspectos essenciais como territorialidade, feminismos, indigenismos, cooperativismo e humanismo. Nesse contexto, a territorialidade se refere à importância de gerenciar recursos de forma local/regional, respeitando a cultura e as tradições das comunidades. Os feminismos e indigenismos destacam a necessidade de igualdade de gênero e o respeito pelos conhecimentos e direitos dos povos originários e dos direitos da natureza, em especial destacado pela presença na EFC os povos indígenas. O cooperativismo promove a colaboração e a propriedade coletiva, enquanto o humanismo enfatiza a importância do bem comum. A Economia dos Comuns, ao integrar esses

elementos, busca uma abordagem mais equitativa, sustentável e socialmente compartilhada para a gestão de recursos em benefício de todos.

Trata-se de uma rede que adota uma visão de territorialidade, engajando-se tanto em discussões nacionais quanto globais, e que apresenta uma crítica contundente em relação aos limites e ao esgotamento do modelo neoliberal. Sustenta a discussão dialética de crítica ao modelo capitalista e de construção de alternativas, tendo como desafio sua inserção mais fortalecida no interior das organizações sociais comunitárias. Isto é destacado pela atuação territorial, como explica a irmã Elis dos Santos:

E Clara, ela abarca uma questão do feminino, das mulheres que constroem junto com a gente essa economia. Junto com as bases das nossas economias, e elas são construídas pelas mulheres, principalmente. Mas também a ABEFC representa esses grupos vulneráveis, que são vulneráveis ao sistema capitalista, que daí entram todos os grupos, os povos tradicionais e eles abarcam todos esses grupos, os povos indígenas, os quilombolas. Enfim, e as pessoas que estão nas periferias também, que são atingidas por esse sistema capitalista (Santos, 2023, entrevista verbal).

## II ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA NA FORMAÇÃO DA ESPERANÇA: ECOLOGIAS, COSMOLOGIAS E ESPIRITUALIDADES

Desde os primórdios da humanidade, a sobrevivência e as interações sociais foram sempre entrelaçadas com significados, expressos em crenças, mitos e rituais. As experiências da vida material encontram sua tradução no universo simbólico das culturas, es-

tabelecendo conexões profundas entre as estruturas econômicas das civilizações e suas manifestações religiosas. Neste subtema, “Ecologias, cosmologias e espiritualidades”, será abordada a relação originária da EFC com as concepções de cosmologias e seu enlace com a perspectiva de espiritualidades e a vivência ecológica latino-americana. No artigo “A visão biocêntrica da economia: aprendendo da Economia de Francisco e Clara”, o economista Marcos Arruda, integrante da ABEFC, afirma três lições. A primeira parte da concepção de simplicidade voluntária ou sobriedade feliz, uma provocação de redução da demanda de energia; a segunda lição é a solidariedade, porque “só economias humanizadas e *realizadas*, responsáveis, plurais e solidárias podem nos dias de hoje levar à prática o espírito destes dois santos”; a terceira é a da lição da “busca de coerência entre a espiritualidade e a luta pela paz com justiça” (Arruda, 2023, p. 5).

A síntese proposta no citado artigo envolve o desafio de compreender a interconexão intrínseca entre economia e espiritualidade que se origina da inerente natureza relacional do ser humano. Segundo Arruda (2023), o ser humano é em essência um ser que mantém relações complexas e mutáveis consigo mesmo, dado o seu caráter multifacetado. Além disso, estabelecem-se relações com outros seres humanos, reconhecendo que a sua existência está intrinsecamente ligada à existência dos outros, e, portanto, a ideia de “eu” é inextricável da ideia de “nós”. Por fim, não se pode ignorar a sua relação com a natureza, da qual emergem e da qual são, ao mesmo tempo, uma parte inalienável e um elemento que transcende.

A dimensão espiritual da humanidade concede

um significado e um propósito a essas relações. Ela é a força propulsora que molda e dá sentido à maneira como interagem os humanos consigo mesmos e com os outros. A consciência humana, como entidade capaz de discernir, refletir e conceber, desempenha um papel fundamental na interpretação dessas relações em constante mutação.

Assim, a compreensão e a análise das interações entre economia e espiritualidade devem ser contextualizadas reconhecendo que a dinâmica entre esses dois domínios é tão fluida e mutável quanto a própria natureza humana (Gebara, 2010). Paulo Petersen, integrante da coordenação executiva da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), apresenta o efeito das relações construídas no movimento agroecologista com a emergência da EFC:

Eu fiquei muito impressionado com a encíclica *Laudato Si'* e pela profundidade, pelo que ela trouxe de impactante, o timing político. E logo na sequência a iniciativa da Economia de Francisco e Clara é chamada pelo Papa. Então, eu já fiquei muito antenado com isso por uma razão: como a gente trabalha a partir da perspectiva da agroecologia e há muito tempo a gente vem tentando trabalhar muito o lado da materialidade, o que significa a agroecologia a partir da perspectiva econômica e o entendimento de que a agroecologia ela não é só um somatório de tecnologias mais saudáveis, quer dizer, ela é isso, mas ela é muito mais do que isso. E uma das dificuldades que a gente, até no campo agroecológico, vem historicamente sentindo e a própria constituição é do entendimento da agroecologia era necessário a gente ter uma leitura mais de economia política, de entender as relações de trabalho, as relações com a natureza. E como que se organiza o trabalho a partir de sistemas

alimentares organizados por outros valores, outros princípios. Então o chamado do Papa, eu logo percebi, olha isso aí tem uma coisa de luz bem importante pra gente, porque a gente tem muita consciência de que o movimento agroecológico é tributário das CEBs né? Ele nasceu com as CEBs, embora as CEBs não falava em agroecologia, claro, isso é uma terminologia que veio depois, mas é todo o movimento de chamada da agricultura alternativa. Ela nasce desses movimentos exatamente naquele período da ditadura onde você tinha os espaços e de uma certa autonomia com uma pedagogia própria e emancipatória que falava muitas coisas que hoje são muito reconhecidas no campo da agroecologia e os próprios movimentos da agroecologia vem daí. É uma emergência (Petersen, 2023, entrevista verbal).

A evidência da construção pastoral-popular no fortalecimento de movimentos democráticos apresentada por Paulo Petersen denota a contribuição histórica desenvolvida pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e toda a tradição latino-americana formulada pela teologia da libertação<sup>16</sup>. O dever da EFC, de inspirar e promover processos desenvolvidos pelas CEBs, movimentou a articulação para conceber, cada vez mais, processos formativos e desenhar um corpo de práticas a serem promovidas nas realidades comunitárias. Peterson Prates afirma:

A articulação bebe hoje sobretudo de uma

---

16 “O vínculo essencial das teologias da libertação com processos históricos de libertação faz com que a expressão ‘teologia da libertação’ remeta tanto ao engajamento cristão nos processos de libertação (práxis) quanto à reflexão teológica sobre esses processos (teoria). Nesse sentido, é comum identificar como da Teologia da Libertação tanto lideranças, comunidades, pastorais e bispos comprometidos com as lutas populares quanto teólogos/as profissionais que assumem essa perspectiva teológica” (Aquino Junior, 2022, p. 278).

caminhada latino-americana de uma teologia que nunca se furtou a discutir isso também. Então, de modo especial, a teologia da libertação, né? Mas talvez de alguma outra teologia do povo<sup>17</sup> argentino da qual o Papa Francisco bebeu, eu acho que isso traz para a gente elementos raízes de discussão. Então a produção e o trabalho das comunidades eclesiais de base, as produções dos teóricos latino-americanos e a inspiração desse berço para diversos movimentos populares do campo e da cidade ajudam a gente a ter esse arcabouço mínimo de discussão (Prates, 2023, entrevista verbal).

Desde o início, a ABEFC incorporou espiritualidades e a vivência do ecumenismo, porque sua recepção parte do envolvimento de lideranças inter-religiosas e sem confissão religiosa. Os movimentos populares possuem o nítido envolvimento com questões sociais e políticas que transcendem as fronteiras denominacionais, o que contribui para uma abordagem mais inclusiva e ecumênica da fé. Como afirma Petersen (2023, entrevista verbal): “Eu vejo que a economia de Francisco e Clara tem um poder de ser um grande dinamizador, um polarizador de diálogo dentro de uma instituição muito capilarizada e que está em processo de renovação. Oxalá, ecumênica”.

Paulo Petersen refere-se à Igreja Católica. Contudo, a influência ecumênica da ABEFC não leva a uma maior experiência ecumênica da ICAR, mas abre um espaço desta experiência para interessados/as a partir

---

17 A Teologia do Povo é uma corrente teológica que tem suas raízes na Argentina e está associada ao pensamento do teólogo e pensador católico argentino Juan Carlos Scannone. Essa abordagem teológica enfatiza a conexão entre a fé católica e as realidades socioeconômicas e culturais da América Latina, especificamente da Argentina. A Teologia do Povo também enfatiza a justiça social e a opção preferencial pelos pobres, temas que são centrais na Teologia da Libertação.



dos seus encontros que, na maioria das vezes, são precedidos por um momento de mística. Essa experiência é resumida pela irmã Elis dos Santos na Casa de Francisco e Clara<sup>18</sup> de Manaus:

Essa incidência política, territorial, ela é importante dentro das nossas comunidades eclesiais. E eu acredito que é possível se fazer a partir da casa de Francisco e Clara que a gente cria espaços. E de acordo com cada território. Por exemplo, nós aqui um espaço amazônico, um espaço que a gente possa se reconectar de novo com aquilo que nos compõe, que é a natureza, enfim. E dentro desse espaço, a partir de uma mística que nos envolve, que é a mística de Francisco e Clara. E a partir dessa mística que nos envolve, promover um espaço de reflexão, de cuidado com o meio ambiente. Da importância da coletividade, do espaço comunitário, porque a sociedade hoje se tornou muito individualista. Mas se a gente pensar nas periferias, a gente nasce de uma mobilização nas periferias. E parece que, com o tempo, o sistema capitalista vai entrando, parece não, o sistema capitalista vai entrando e a gente vai perdendo a essência daquilo que nos constitui enquanto periferia, povos periféricos. Porque tudo que a gente consegue na periferia é a partir de uma luta. Eu aqui a gente está desde a ocupação, aqui foi muita luta para se construir um território e a gente vai perdendo isso a partir do momento que o sistema capitalista ele vai interferir. Então eu acredito nisso, que é a economia de Francisco e Clara, ela mobiliza, ela articula essas práticas que já existem e dá visibilidade e faz articulação territorial para uma mudança de cultura (Santos, 2023, entrevista verbal).

A ABEFC foi dando musculatura para o seu corpo territorial espalhado pelo Brasil a partir desta identi-

---

18 No próximo subtema compreender-se-á o que são as Casas de Francisco e Clara.

dade cristã, (macro) ecumênica e popular. Foi assim que em outubro de 2021, por ocasião do 2º Encontro Virtual Global da Economia de Francisco, ela apresentou os 10 Princípios da Economia de Francisco e Clara (Brasileiro, 2023). Os princípios surgiram para balizar um ponto de partida comum da discussão entre os/as articuladores/as da Economia de Francisco e Clara, garantindo consenso e possibilidades de construção de projetos a partir deles. São eles:

1. **Ecologia Integral:** reconhecimento da interconexão entre elementos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais para garantir a dignidade da vida e respeitar todas as formas de vida.
2. **Desenvolvimento Integral:** promoção do desenvolvimento humano integral com a participação ativa dos menos favorecidos na formulação de políticas sociais e econômicas.
3. **Alternativas Anticapitalistas:** crença na necessidade de superar o capitalismo em favor de um modelo de Bem Viver que promove igualdade, sustentabilidade e cidadania.
4. **Bens Comuns:** valorização dos bens comuns como alternativa ao neoliberalismo e ao mercado desregulado, com o reconhecimento do papel do Estado na proteção dos direitos sociais.
5. **Tudo Está Interligado:** reconhecimento de que as soluções para a crise socioambiental devem considerar implicações sociais, econômicas e ambientais, com foco nas comunidades mais afetadas.

6. **Periferias Vivas:** reconhecimento das periferias como locais de mudança e inovação, impulsionadas pela luta das comunidades marginalizadas.
7. **Economia a Serviço da Vida:** colocação da vida e da dignidade no centro das relações sociais e econômicas, com foco na igualdade, justiça e sustentabilidade.
8. **Comunidades como Saída:** ênfase na importância da territorialidade e da práxis local na construção de novas práticas econômicas e na luta pelos direitos territoriais.
9. **Educação Integral:** defesa da educação pública, inclusiva e crítica, que promova a igualdade e a sustentabilidade, e esteja alinhada com novos paradigmas econômicos.
10. **Solidariedade e Clamor dos Povos:** promoção de uma economia democrática, fraterna e solidária que quebre as desigualdades, fortaleça a cooperação e a economia solidária e reconheça a diversidade.

O decálogo é precedido a cada princípio da palavra *cremos*, dando um caráter de credo confessional, construindo uma abordagem ética e espiritual para a economia, com foco na justiça social, na proteção do meio ambiente e na busca de alternativas ao sistema econômico. O que tem sido desenvolvido pelas experiências suscitadas nos espaços de espiritualidades macro ecumênicas e cristãs da Economia de Francisco e Clara é o paradigma da gratuidade. A primazia da gratuidade sobre a competitividade mercantil deve ser estabelecida porque a abordagem que avalia as rela-

ções com base na produtividade deve ser substituída pela solidariedade, reconhecendo a humanidade e não a produtividade.

Os 10 princípios<sup>19</sup> apontam uma leitura crítica positiva a partir de algumas chaves de interpretação da ABEFC. A primeira é a sintonia com o magistério social da Igreja (Princípios 1, 2, 4 e 5), a segunda é a perspectiva assumida pela ABEFC desde 2019, da necessidade de superação do modelo capitalista (Princípio 3), a terceira é a ampliação da visão econômica sobre a vida (Princípios 6 e 7) e a quarta é a sinalização dos três eixos transversais da articulação, o território, educação e movimentos populares (Princípios 8, 9 e 10). Quando entendidos pela característica prospectiva, sinalizam uma frente de discussão que expande o cânone econômico capitalista das últimas décadas e enfocam em economias aplicadas na reprodução do trabalho nas periferias e as possibilidades de construção de inter e ecodependências por meio de reflexões críticas que proponham a transição ecológica e social centrada na emancipação dos territórios das engrenagens de alienação do neoliberalismo.

Essas experiências libertadoras podem acarretar uma série de resistências por parte da Igreja clericalista (Brighenti, 2021). É o que mostra a irmã Lourdes Dill, da Congregação Filhas do Amor Divino, que atuou por mais de quarenta anos em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e que, ao lado de Dom Ivo Lorscheiter<sup>20</sup>, pro-

19 Esses princípios são um esforço de síntese coletiva produzido por um grupo de 50 pessoas que se reuniram para compreender os caminhos que os reúnem enquanto ABEFC e depois referendado por uma assembleia maior virtual.

20 Foi o último bispo brasileiro nomeado pelo Papa Paulo VI no decorrer do Concílio Vaticano II, em 1965. Foi secretário-geral e depois presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) durante o período mais obscuro do regime militar brasileiro,

moveu a economia popular e solidária neste território, criando a maior feira de cooperativismo da América Latina (Souza, 2013), a FEICOOP. Dill faz um relato que verte dor e esperança:

E hoje, alegremente, posso dizer que a economia popular solidária agora junto com a economia de Francisco e Clara já conseguiu mexer na economia de Santa Maria. Lá é uma referência onde trabalhei. Já foi um motivo, assim de alguns quererem minha cabeça isso também posso dizer, pode registrar não tem nenhum problema. Especialmente alguns capitalistas que acharam que esse trabalho era muito ligado a política e esse trabalho já estava meio incomodando Santa Maria e que estava na hora da irmã Lourdes ir embora de lá (Dill, 2023, entrevista verbal)<sup>21</sup>.

A irmã Lourdes Dill foi criadora do Projeto Esperança, inspirado pelo livro *A pobreza riqueza dos povos*, de Albert Tévoédjre, sociólogo africano. Segundo Dill, “ele apontava um outro caminho, e que hoje eu penso ser a Economia de Francisco e Clara”. Assim, Dill e Dom Ivo Lorscheiter afirmam: “Nós vamos construir uma possibilidade de um trabalho alternativo que seja solidário que não seja emprego, que não tenha relação de patrão e empregado” (Dill, 2023, entrevista verbal). A coragem e a entrega de irmã Lourdes Dill têm inspirado tantos jovens quanto pessoas que estão na ABEFC

---

entre 1971 e meados da década de 1980. Defensor dos direitos humanos, abrigou os adeptos da Teologia da Libertação frente às ameaças da ditadura. Foi o 6º bispo da Diocese de Santa Maria/RS. Aos 70 anos de idade, a irmã Lourdes Maria Studt Dill, após mais de quatro décadas em missão em Santa Maria, por desentendimentos com o bispo atual e atendendo ao pedido de transferência da Congregação Filhas do Amor Divino, seguiu para a diocese de Grajaú, no Maranhão, onde atuou em Barra do Corda, cidade a 450 km de São Luís e depois foi convidada a fazer missão em Moçambique. Desde outubro de 2023 até a presente publicação, ela segue em missão em Moçambique.

e não conheciam seu testemunho de vida. Dill tem se dedicado neste último período a incidir na Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) alocada no Ministério do Trabalho do governo Lula 3 (2023-2026), a integração da EFC na agenda desta secretária.

Neste entremeio de esperanças, em maio de 2023 o Núcleo ABEFC Campinas realizou o lançamento do livro *Realmar a economia* (Brasileiro, 2023) e uma imersão de três dias de articuladores/as da Economia de Francisco e Clara no Seminário da Diocese de Limeira, em Campinas, e uma fala do padre Nadal ecoou: “O sistema econômico é como se fosse uma muralha e nós da Economia de Francisco e Clara é como se fôssemos uma cunha nesta muralha”. Marcia Molina, do mesmo Núcleo, ressaltou novamente em sua entrevista este aspecto: “Uma cunha que vai abrindo fendas para todos os lados onde aleatoriamente a vida dará um jeito. Não somos nós que podemos ter a pretensão de mudar o sistema econômico. Porque é muita pretensão. Nós podemos colocar uma cunha, duas, três e nós podemos multiplicar pessoas que coloquem cunhas” (Molina, 2023, entrevista verbal).

A esperança suspensa no imaginário dos povos que se organizam e criam formas de bem viver adere ao cálculo da possibilidade e viabilidade histórica de sua ação. Ela é depositada na relação de solidariedade que alcança os ideais de bem-estar, harmonia, justiça, realizadas pelo compromisso com as causas em que são despertadas pelo coletivo. A economia da esperança realiza este empreendimento, o de bem gerir as relações através de um dever da esperança na história, assim como afirmou Amin (2020): os povos são os que fazem história.

### III A CULTURA DO ENCONTRO: CASAS FRANCISCO E CLARA, LUTAS POPULARES E NOVAS ASSOCIAÇÕES

O entrevistado Célio Turino, no momento do diálogo que foi feito, alertou para um conceito fundamental para compreender o Pontificado de Francisco e a missão da EFC: a cultura do encontro. Recorrendo aos discursos do Papa Francisco, encontra-se no primeiro encontro a centralidade que ele dá a este conceito ao falar aos jovens da EFC de maneira virtual, o enfoque nos pobres, na vocação/inspiração de Assis e na cultura do encontro (Brasileiro, 2023, p. 275-286). Segundo Turino, o método da cultura do encontro foi testado e aprimorado por Francisco enquanto cardeal e arcebispo de Buenos Aires com a experiência da Escolas de Vizinhos. Para o papa, a experiência do encontro constrói uma espacialidade de escuta, diálogo e aprendizado profícuo, o que leva a poder redimensionar as métricas da ação política, econômica, social e eclesial. Essa reflexão tem alimentado seu Pontificado nos discursos que focam na transformação da realidade, o que ele alerta ser “a realidade superior a ideia” (Brasileiro, 2023, p. 301).

Portanto, neste último subtema se busca destrinchar as reflexões feitas pelos entrevistados à luz dos projetos *Casas de Francisco e Clara, lutas populares e novas associações*, portanto a realidade vivida e concretizada pela ABEFC. Os/as atores políticos da Articulação começam a movimentar os seus grupos a partir do exercício da educação popular. Há uma unanimidade que o desenvolvimento territorial depende do movimento de sistematização das experiências. Este conceito foi criado historicamente na América Latina “como pro-

duto do esforço de construir nossos próprios marcos de interpretação teórica a partir das condições particulares da nossa realidade” (Jara, 2006, p. 41). A prática e a reflexão dos educadores populares destacam enunciados que sustentam um posicionamento teórico em relação à educação popular, seu papel diante dos desafios políticos, éticos e organizacionais, bem como a natureza de sua metodologia e técnicas. A maioria dessas afirmações surge da sistematização de experiências resultantes de reflexões coletivas e individuais em encontros entre educadores populares. Isso representa uma nova forma de produção de conhecimento na discussão educacional promovida pela ABEFC, onde as reflexões não derivam apenas de teorias ou parâmetros predefinidos, mas também emergem do diálogo entre seus praticantes, que oferecem uma visão crítica das experiências vivas, em desenvolvimento e autênticas nas quais estão envolvidos. Isso revela uma nova conexão entre teoria e prática, em que abordagens teóricas são construídas a partir da sistematização das práticas educacionais.

A irmã Elis dos Santos tem apontado que, através do Ciclo de Polinização da EFC em Manaus, envolvendo mulheres da comunidade, jovens e agentes de pastorais ligados à Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), fez nascer uma Casa de Francisco e Clara. A consolidação das Casas de Francisco e Clara nascem da união estratégica de diversas iniciativas já experimentadas por comunidades espalhadas pelo Brasil. Esse espaço como referência é sobretudo um ambiente oferecido, que favorece a mística, a troca, o diálogo, a escuta, o planejamento e a realização de projetos de caráter socioambiental que visam conceber e/ou fortalecer economias alternativas para melhoria das condi-



ções de vida das pessoas e comunidades alcançadas em conjunto com o cuidado e defesa da Mãe Terra. Tem-se como horizonte a promoção de uma Ecologia Integral.

A Casa Amazônica de Francisco e Clara no bairro Zumbi dos Palmares II (Manaus) busca ser um espaço que conecta sonhos e ações populares, comunitárias e participativas.

O coração da Casa brota do reconhecimento das potencialidades do território; já que há muito tempo mulheres e homens se organizam para transformar as ruínas em novas construções e fazer de seus espaços lugares-farol de esperança. Deve-se reconhecer que já existem formas alternativas de se fazer economia e esses formatos já são experimentados com os frutos da Economia Solidária, dos Bancos Comunitários, de iniciativas de integração campo-cidade, com projetos com empreendedores locais, coletivos de produtores comunitários e com o trabalho cooperado. O objetivo da Casa é integrá-los cada vez mais na vida comunitária, para que a comunidade seja meio e fim do trabalho desenvolvido, reconhecendo assim a cidadania econômica de todos os atores sociais (Santos, 2023, entrevista verbal).

Este movimento é uma estratégia que permite a CFC ser um espaço para a renovação de experiências institucionais, como grupo grupos, movimentos, congregações poderem se renovar, ao mesmo tempo que opera por meio dele para inovar na relação dentro do território gerando uma nova espacialidade para interações entre os movimentos que já possuem agendas e espaços próprios. A característica da CFC de Florianópolis, coordenada pelo Pe. Wilson Groh, traz o desejo de ser um espaço no qual os jovens podem viver, construir laços sociais mediados pela comunidade

e pelo engajamento nas lutas comunitárias e dormir. A menção do Pe. Wilson ao foco dos jovens poderem dormir é também uma forma de conduta que constrói uma barreira a cultura neoliberal, recordando o livro de Cray, 24/7: *Capitalismo tardio e os fins do sono* (2016), cujo elemento central é o sono ser o último limite a ser atravessado para que todo ser humano possa trabalhar 24 horas por dia e 7 dias por semana.

O entrevistado Paulo Petersen complementa, dizendo se tratar de uma outra forma de se organizar socialmente e de debater economia:

Uma outra forma de se organizar socialmente, de estar presente no mundo, de organizar o trabalho, de produzir, de distribuir, de consumir. Então é um debate próprio da economia, de como que eu vejo como desafio nosso, é como a gente associa um novo momento da educação popular com as experiências práticas que estão nas periferias, que estão fora do mundo, do trabalho formal, mas que tem muita experiência social extremamente interessante (Petersen, 2023, entrevista verbal).

Neste sentido, o desafio é a relação com as comunidades das periferias, interagindo com as realidades que interpelam o conjunto de perspectivas que alimentam a práxis da EFC e produzindo um projeto de educação popular experienciado na cotidianidade da comunidade, como um processo que começa para caminhar junto dos desafios comunitários de interpretação dos temas emergentes na sociedade como de uma ação integrada na elaboração de ações diretas.

Isto não tem sido uma tarefa simples. A desintegração de espaços comunitários é potencializada pelo neoliberalismo na última década, efetivamente pela urbanização e pela transformação do mundo do trabalho,

em que o conceito de precariado (Braga, 2012) surge a partir das mudanças nas relações de trabalho, como a precarização, a flexibilização e a terceirização. Essa classe precária tem características específicas, como a falta de estabilidade no emprego, baixos salários e uma dificuldade de acesso a direitos trabalhistas. Lazzarato (2017) avança sobre os efeitos do neoliberalismo na vida contemporânea por meio do conceito de endividamento e sua influência nas vidas das pessoas. Realizar atividades nos territórios não deve ser compreendido como se fazia *trabalho de base* por uma tradição de organização popular dos anos de 1980. A dívida tornou-se uma característica central de nossa sociedade, afetando não apenas as finanças individuais, mas também as estruturas sociais, políticas e econômicas. O endividamento afeta o comportamento humano, a subjetividade e as relações sociais.

Os efeitos são múltiplos quando se percebe o precariado endividado e em um regime de 24 horas por dia, sete dias por semana<sup>22</sup>. A conjunção dos fenômenos mostra uma ação coordenada de despossessão dos territórios (Butler, 1993; Fraser, 1997; Harvey, 2003; Mbembe, 2013; Fanon, 2022). Berardi (2019) afirma que a pós-modernidade trouxe uma série de mudanças significativas na forma como a sociedade percebe e se relaciona com o futuro, como a descrença no futuro, incerteza e ansiedade (preocupações sobre o emprego, as mudanças tecnológicas, as crises ambientais e a instabilidade econômica, etc.), mudanças sociais e culturais (a fragmentação da identidade, a revolução tecnológica e o declínio de narrativas unificadoras) e

---

<sup>22</sup> Cf. Cray (2016), onde o autor examina como a cultura do capitalismo tardio impacta nosso tempo de sono e descanso, destacando como a tecnologia e a economia global afetam nossa capacidade de desconectar.

o impacto nas políticas e na ação social (a ausência de uma visão compartilhada de um futuro melhor pode tornar difícil mobilizar as pessoas para a ação coletiva e a busca de objetivos de longo prazo. Isso pode levar a uma sensação de apatia política e social). Muito embora a descrença no futuro seja predominante, ainda é importante explorar alternativas. É importante criar espaços para imaginar e construir futuros desejáveis, mesmo em um contexto de descrença generalizada (Berardi, 2019). Entre a futurabilidade de Berardi e o governo do homem endividado de Lazzarato, é necessária uma abordagem inovadora para pensar a política que transcende as dicotomias tradicionais entre a organização política e a mobilização comunitária.

Na ABEFC, a práxis da ação comunitária das Casas de Francisco e Clara tem pontos fulcrais da cultura de mobilização popular. Os 10 eixos místicos produzidos pelo Pe. Wilson Groh, por Gabriela Consolaro Nabozny, por Andrei Thomaz Oss-emer e por Peterson Prates sintetizam um esforço de olhar ampliado sobre ser uma experiência de trabalho e contemplação, de cultivo da biodiversidade, de inovação, de potencialização do desenvolvimento regional e territorial, de vivência do humanismo solidário, de experienciar a teologia da libertação, de priorizar as juventudes, partilhar experiências globais e escutar os gritos da humanidade (Brasileiro, 2023, p. 63-65).

Marcia Molina, fundadora do Núcleo da ABEFC na cidade de Campinas, assim diz:

A iniciativa se deu pela necessidade de colocar em prática de imediato a EFC e mobilizou 5 projetos: a cozinha solidária, horta agroecológica comunitária, apoio aos acampamentos Marielle Vive em Valinhos/SP e Nelson Man-

dela em Campinas/SP e formação de jovens nas periferias para geração de renda através das finanças solidárias” (Molina, 2023, entrevista verbal).

Segundo ela, “economias populares acontecem no passo a passo a partir da base, a partir de cada um dos trabalhos que nós conseguimos fazer nas periferias vivas, porque ela é uma transformação de dentro para fora, de baixo para cima” (Molina 2023, entrevista verbal). O que indica alguns eixos que economistas que acompanham a ABEFC desde o surgimento como Ladislau Dowbor e Marcos Arruda, apontam que as soluções econômicas e sociais devem ser adaptadas às necessidades e potencialidades de cada comunidade local, como a disputa pelo desenvolvimento endógeno, a promoção de redes de economia popular solidária, o fomento a políticas públicas locais, denúncias a globalização financeira e um novo marco de políticas ecológicas. Afirmo o entrevistado Celio Turino:

Tem que ter essa cotidianidade nas periferias também. Esse saber fazer popular, ele precisa ser melhor compreendido, porque não é manter o saber fazer popular. Do jeito que está, porque também há contradições, há preconceitos que se incorporarão nele. Mas é extrair desse, em inglês, *know-how*, o saber como. É o saber fazer popular é extrair o sumo dele, para dar saltos qualitativos. O diálogo da Casa de Francisco e Clara, eu creio que seja o caminho (Turino, 2023, entrevista verbal).

A reflexão de Turino se embasa em sua militância recente na formulação da Política Cultural desenvolvida enquanto secretário do programa Cultura Viva<sup>23</sup>

<sup>23</sup> O Programa Cultura Viva foi criado em 2004 como uma política de fomento à cultura com base comunitária e descentralizada. Ele busca reconhecer e valorizar as expressões culturais das comunidades locais em todo o Brasil. O programa se concentra na promoção

do Ministério da Cultura. Os Pontos de Cultura, essa política pública nascida do Cultura Viva incide na importância da diversidade cultural e da valorização das diferentes manifestações culturais presentes nas várias regiões do Brasil. A defesa do acesso universal à cultura como um direito humano. Isso inclui a ideia de que todas as pessoas devem ter a oportunidade de participar da produção cultural, não apenas como consumidores, mas como criadores. Elas devem poder participar da produção de uma economia da cultura que impulsiona o desenvolvimento econômico local e regional.

As Casas de Francisco e Clara possuem esta multiplicidade de agendas, desde ações socioassistenciais até discussões no campo cultural, inter-religioso, cidadania e participação. Com um impulso sociotransformador, a articulação vem existindo por aqueles atores políticos que desejam abrir uma frente de ação popular direta, inserindo-se nas realidades e mobilizando um coletivo local. Essa característica evidencia que a estratégia mais marcante da EFC no Brasil tem sido a organização territorial de caráter popular-inter-religioso. A Tabela 2 demonstra a diversificação de ações espalhadas pelo país:

---

da cultura como um instrumento de transformação social. Isso inclui o apoio a projetos culturais que abordam questões sociais, econômicas e ambientais. Apoia-se uma ampla gama de atividades culturais, desde a música e a dança até o artesanato, a literatura e o teatro. Uma das principais iniciativas dentro do programa são os Pontos de Cultura, que são centros que recebem financiamento e apoio do governo para desenvolver atividades culturais nas comunidades. O foco dos Pontos de Cultura é fortalecer e preservar as tradições culturais locais, bem como promover a participação da comunidade na produção cultural.

Tabela 2: Identificação das Casas de Francisco e Clara (CFC)

| Nome   | Cidade/Estado          | Enfoque do projeto   |
|--|------------------------|--|
| 1. CFC Florianópolis   | Florianópolis/SC       | Promovido pelo Pe. Wilson Groh, a construção do primeiro espaço físico chamado Casa de Francisco e Clara com enfoque no intercâmbio de jovens do Brasil e fora para interagirem com as realidades comunitárias e trabalharem em uma perspectiva de aprendizado da educação popular.<br>Ref.: Pe. Wilson Groh   |
| 2. CFC Valongo Baixada Santista                                    | Santos/SP              | Com enfoque em promover feiras de economia solidária, a CFC surge a partir da interação da ABEFC com o Fórum de Economia Solidária e o trabalho na região do Dique da Vila Gilda.<br>Ref.: Ubaldo Andrade Junior e Conceição Golobovante   |
| 3. CFC Sol Nascente  | Brasília/DF            | O Núcleo da ABEFC em Brasília nasce pela interação entre a Conferência dos Religiosos de Brasília e o trabalho de religiosas na Favela Sol Nascente, na Ceilândia - Distrito Federal. A experiência de mutirões de formação e entrega de cestas de alimentos, e a interação com a Feira de Movimentos Sociais ocorridas em Brasília.<br>Ref.: Rogerio Sacco  |
| 4. CFC PUCPR   | Curitiba/PR            | PUCPR cria a Casa de Francisco e Clara da PUCPR espaço para integrar a Universidade com a comunidade, indo além dos muros da Instituição. A CFC surge como um modo de abraçar os compromissos da EFC na Universidade e de tornar a universidade mais próxima da comunidade periférica.<br>Ref.: Juliana Souza  |
| 5. CFC Alvorada  | Alvorada/RS            | Centro Franciscano - projetos culturais de protagonismo de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. Arte e cultura, o hip hop como forma de participação social, manifestação das habilidades, dos sonhos e da superação das vivências. Realmar a Economia através da consciência do direito à ocupação dos lugares públicos, acesso à cidade, aos espaços culturais que nos constituem.<br>Ref. Ir. Fátima Lessa Ribas   |
| 6. CFC São Leopoldo  | São Leopoldo/RS        | Fazem atividades conjuntas com o Centro de Espiritualidade Pe. Arturo (CEPA), realizando encontros de divulgação sobre a EFC e promovem encontros de divulgação da CFC em comunidades eclesiais na periferia.<br>Ref. Ir. Glenda Sábio   |
| 7. CFC Viamão  | Viamão/RS              | protagonismo das mulheres - Grupo de mulheres "agora é que são elas" mantido pelas irmãs da Divina Providência. Além de formação, convívio, as mulheres organizam e realizam outras atividades como oficina de panificação, artesanato para captação de renda, assim como ações de embelezamento com a comunidade, tendo como objetivo o resgate da identidade e protagonismo feminino. Integra a turma no curso de Agroecologia e horta comunitária, parceria com o Instituto Federal RS.<br>Ref.: Roberta Vieira               |
| 8. CFC Amazônica   | Manaus/AM              | Casa Amazônica de Francisco e Clara a partir do apoio a três iniciativas: criação e fortalecimento das hortas comunitárias urbanas, produção de sabão ecológico, captação de água da chuva e a formação para o incentivo ao uso das plantas medicinais para a saúde e bem-estar da população, motivando-os ao resgate dos saberes ancestrais.<br>Ref.: Irmã Elis dos Santos e Diego Aguiar   |
| 9. CFC Campina Grande  | Campina Grande/Paraíba | Focado nas comunidades periféricas de Campina Grande/PB, o Centro de Formação Humana e Social, está localizado entre as universidades federal e estadual de Campina Grande. No bairro do Araxá, e neste centro tem várias ações sociais, como terapia comunitária, educação de jovens e adultos. A casa é um espaço que está nascendo é motivado pela discussão de direito a cidade, questões urbanas e debates com juventudes sobre qualidade e precariedade da vida coletiva dentro desta economia.<br>Ref.: Roberto Jefferson |
| 10. CFC Cooperativa de Compartilhamento de energia Solar Bem Viver | Várzea/PB              | A Cooperativa Bem Viver conta com um entreposto no Assentamento Novo Horizonte, no município de Várzea-PB, formado por dez (10) socioagricultores familiares que compartilham energia da Usina FV Bem Viver II. O propósito deste entreposto é o de exercitar a autogestão no contexto descentralizado, estimulando a autonomia e o aprendizado da gestão social da energia.<br>Ref.: César Nóbrega  |
| 11. CFC Sapopemba  | São Paulo/SP           | Mobilizado por jovens da região Leste da Cidade de São Paulo, o espaço promove cursos voltados ao mercado de trabalho e um olhar socioassistencial voltado para cestas básicas.<br>Ref.: Peterson Prates   |

A territorialização da EFC nas periferias é uma ação estratégica para a mobilização de surgimento de núcleos. É o que se vê em todas as descrições acima esplanadas, muito embora a ABEFC nunca tenha organizado uma CFC em um território onde não haja deflagrada desigualdade e miséria. A perspectiva de trabalho com os empobrecidos é uma máxima trabalhada pelo Papa Francisco em seus discursos para a comunidade EoF. Somente em seu discurso feito em Assis para mais de mil jovens foram 19 vezes pronunciada a sua preocupação com os pobres, sendo que, ao apontar iniciativas, enunciou-as em três dimensões: (1) ver o mundo a partir dos mais pobres; (2) não esquecer da centralidade do trabalho; (3) a realidade é superior à ideia (Brasileiro, 2023, p. 299), retomando e impulsionando o pensamento inspirado por Pedro Arrupe<sup>24</sup> ainda enquanto jesuíta. As CFC são experiências germinantes do pacto pelos empobrecidos que a ABEFC faz à luz do compromisso latino-americano da Teologia da Libertação.

Os atores políticos da ABEFC pretendem romper espacialidades imóveis no campo popular e/ou religioso, inventando maneiras de propor a convivialidade por meio de práticas e em instituições que permitem honrar os bens comuns globais - o clima, a biodiversidade, mas também a saúde, o dinheiro, a terra, o cuidado para com as mulheres (que são a centralidade

---

24 Sobre o pensamento do Papa Francisco, cf. "Pedro Arrupe (1907-1991) é o jesuíta que mais marca a Companhia de Jesus no pós-Concílio Vaticano II (1963-1965). No final do Concílio foi nomeado Padre Geral da Companhia de Jesus, da qual esteve à frente de 1965 a 1981. O teólogo Karl Rahner considera que o testamento de P. Arrupe se encontra no texto 'O Coração de Jesus, resumo e símbolo do amor'. Nesse texto, P. Arrupe enumera vários binômios em tensão, característicos dos Exercícios Espirituais e da Companhia de Jesus" (Providência, 2022, s.p.).



da produção e reprodução do trabalho) e a educação intergeracional.

Portanto, no âmbito dos atores promotores de políticas comunitárias e governamentais, a ABEFC conflui casos de protagonismo político na mobilização de ações emergenciais como é o caso de cozinhas solidárias, de nova pactuação ecoterritorial, como pode-se ver nas CFC e de mobilização de agendas atreladas a movimentos populares de incidência política em governos.

#### IV CONSIDERAÇÕES FINAIS: O LETRAMENTO ECONÔMICO-POPULAR-TERRITORIAL DA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA

“A consciência só é possível por meio da mudança, a mudança só é possível com o movimento” (Aldous Huxley, *The Art of Seeing*)

A Economia de Francisco e Clara tem, em sua expressão, o sentido de rede e a provocação a ser movimento. O interior de suas ideias e práticas, que mobilizam corpos coletivos em comunidades e territórios diversos, sua identidade, que se firma em processos de reconhecimento de horizontes sociotransformadores, e a conflitividade de suas agendas denotam um fôlego renovador no debate de uma outra economia. Neste ensaio, foi possível denotar um movimento para a construção de uma consciência comum, de propriedade coletiva, na formulação de agendas populares e territoriais.

A expressão territorial deste pacto se constrói com a mobilização de afetos para lutas populares em comum. São as jovens pertencentes a povos originários, os atingidos por grandes empreendimentos do capita-

lismo e os que desenvolvem atividades com trabalhadores de serviços cooperados que mobilizam um lugar e uma ação para o debate econômico. Esse movimento reorienta o lugar de onde vem o discurso da Economia de Francisco e Clara. Se outrora o Papa Francisco provoca a repensar um pacto econômico, agora este é mobilizado por pessoas e coletivos que personificam a Economia de Francisco e Clara a partir de agendas de reivindicações e de mobilizações. Assim é a Economia dos Comuns proposta pela Economia de Francisco e Clara, mediante incidências territoriais pelos feminismos, indigenismos e cooperativismos que constroem espaços de fissuras metabólicas no ecossistema econômico.

O poder de um tipo de reconhecimento social territorial da ABEFC acontece pelo fortalecimento discursivo mobilizador comum: a emergência ecológica e a reafirmação de um catolicismo popular e aliado do ecumenismo. Esse relevo sociorreligioso que gera uma gravidade a partir de lideranças populares, engajadas em projetos comunitários e sociopastorais, militantes políticos com debates emergentes na democratização da sociedade brasileira, entre outros. Desta feita, a Economia da Esperança alia a virada ecológica do século trazida por movimentos populares e pelo debate em torno de Francisco e as concepções de outros mundos possíveis costuradas por movimentos ecologistas, ecumênicos e inter-religiosos.

Feito este itinerário, o empenho em criar uma identidade que dinamizasse essas aspirações territoriais, sociais e políticas rumo à outra economia toma corpo com as Casas de Francisco e Clara, que surgem com o interesse em mobilizar a memória, o compromisso e

caminhos comuns. Os difusores desta territorialização são os articuladores e as articuladoras da cultura do encontro, sendo esta a chave mestra do magistério social de Francisco.

Ao termos noção do que têm sido os passos das pessoas que atuam na articulação da EFC, temos também a perspectiva de que há em curso um processo de letramento econômico-popular-territorial. As comunidades periféricas são costumeiramente taxadas como “iletradas” e o neoliberalismo assumiu o desenvolvimento da subjetividade que leva à formação do sujeito empresarial, uma contradição ao novo humanismo. O letramento econômico-popular-territorial desenvolvido pela EFC indica algo mais que a simples apropriação da tecnologia da escrita. Ele passa pela apropriação da leitura sobre os fenômenos vividos coletivamente pelos territórios. Metodologicamente, é possível reconhecer o exercício de recordar (em latim *re-cordis*, isto é, voltar a passar pelo coração): quais são as marcas da organização popular territorial? Quais são as dores coletivas vividas no território? A partir disso, é possível reconhecer o início a uma leitura de economia-política popular. A memória, o exercício de sistematização da experiência, o processo de organização dos fatores que induzem a economia. Todas essas ações emergem de processos de organização política inicial.

Portanto, a educação popular desenvolvida pelos atores políticos da Economia de Francisco e Clara empreende processos de um novo letramento da questão econômica e política. Ela amplia o olhar clássico sobre a economia, retoma processos econômicos que foram com o tempo dissociados pelo *establishment* e promove, a partir da aproximação com realidades distintas,

mobilizações por questões-chave do território, construindo um corpo popular e organizado de recepção deste pacto.

O território é a perspectiva comum dos participantes em uma ação que busca perguntar: “O que está acontecendo com a nossa Casa Comum?”<sup>25</sup>; a dimensão popular remete ao empoderamento e à emancipação, duas categorias que vertem reflexos do longo processo de articulação e incidência política. Por sua vez, o desenvolvimento de uma leitura econômica popular passa pela expressão de economias para os comuns e economias para a esperança, é o corpo que se forma por meio de ações cooperativas, solidárias, ecológicas e de articulação. A caracterização da ABEFC como uma rede se deu pelo potencial articulador que ela possui, e as características das agendas assumidas vão tendo destaque por meio da irradiação de organização que vai se expandindo.

## REFERÊNCIAS

ABEFC. **Carta de Clara e Francisco**: direito do Brasil para o encontro em Assis. São Paulo: 2019. Disponível em: <https://economiadefranciscoeclara.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Carta-de-Clara-e-Francisco-ABEFC-2019-2020.pdf.docx.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ABEFC. **Carta-compromisso das Eleições de 2022**: realmar a ronomia para que esteja a serviço da vida. 2023. Disponível em: <http://economiadefranciscoeclara.com.br/carta-compromisso-eleicoes-2022-realmar-a-economia-para-que-esteja-a-servico-da-vida/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

<sup>25</sup> Esse é um dos temas mais abordados em análises de conjuntura promovidas pelos articuladores da ABEFC.

ABPEG, Articulação Brasileira pelo Pacto Educativo Global. **Pacto Educativo do Brasil**. São Paulo, 2020. Disponível em: [https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Pacto\\_Educativo\\_FINAL.pdf](https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Pacto_Educativo_FINAL.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza**. São Paulo: Terceira Via Edições, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Altíssima pobreza: regras monásticas e forma de vida** [*Homo Sacer*, IV, 1]. São Paulo: Boitempo, 2014.

AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

APEL, Marcelo. **Depoimento** [agosto. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

AQUINO JUNIOR, Francisco. Problemática do método teológico. In: GUIMARÃES, Edward; SBARDELOTTI, Emerson; BARROS, Marcelo. **50 anos de Teologias da Libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Recriar, 2022. p. 277-288.

ARRUDA, Marcos. A visão biocêntrica da economia: aprendendo da Economia de Francisco e Clara. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, v. 8 n. 2. Belo Horizonte, 2023. Disponível em <https://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/32039>. Acesso em: 4 dez 2023.

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASILEIRO, Eduardo. (org.). **Realmar a economia: a Economia de Francisco e Clara**. São Paulo: Paulus, 2023.

BRIGHENTI, Agenor. **O novo rosto do catolicismo brasileiro: clero, leigos, religiosas e perfil dos padres novos**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex.** New York: Routledge, 1993.

CARVALHO, Regina Dantas. (Tia Rege) **Depoimento** [agosto. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

CHAVION, Francisco Del. (Chicão) **Depoimento** [maio. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

CRAY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono.** São Paulo: UBU, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017.

DILL, Lourdes. **Depoimento** [maio. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

EVANS, Peter. **Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation.** Princeton: Princeton University Press, 1996.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FRANCISCO, Papa. **Carta Convite “Economia de Francisco”.** Roma, 2019. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco\\_20190501\\_giovani-impreditori.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-impreditori.html). Acesso em: 31 out. 2023.

FRANCISCO, Papa. **Encontro Mundial dos Movimentos Populares.** Vaticano: Santa Sé, 2014: Disponível em: [http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco\\_20141028\\_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html) Acesso em: 31 out. 2023.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si’: sobre o cuidado da Casa Comum.** Vaticano: Santa Sé, 2015. Disponível em: <http://w2>.

vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\_20150524\_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 31 out. 2023.

FRASER, Nancy. **Justice interruptus**: critical reflection on the “postsocialist” condition. New York: Routledge, 1997. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=sKGq-CIIP\\_QIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=sKGq-CIIP_QIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) Acesso em: 18 jul. 2024.

GAGO, Verônica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante: 2018.

GEBARA, Ivone. Visitando o conceito de natureza humana. **Concilium – Revista Internacional de Teologia**, Petrópolis: Vozes: nº 336, 2010. p. 141-146.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019.

GUIMARÃES, Dom Joaquim Mol. Guimarães; SOUZA, Robson Sávio Reis; ALVES, Claudemir Francisco; PENZIM, Adriana Maria Brandão. **O novo humanismo**: paradigmas civilizatórios para o século XXI a partir do Papa Francisco. São Paulo: Paulus, 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**. Vol. 2. Rio de Janeiro, Vozes. 1985.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiências**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/para-sistematizar-experiencias/para-sistematizar-experiencias-livro-oscar-jara.pdf/view>. Acesso em: 30 jul. 2024.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 edições, 2017.

LÖWY, Michael. **Papa Francisco propõe um sistema econômico mais justo e sustentável**. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/papa-francisco-propoe-um-sistema-economico-mais-justo-e-sustentavel/>. Acesso

em: 18 jul. 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MINTROM, Michael. Policy Entrepreneurs and Diffusion of Innovation. **American Journal of Political Science**, v. 41, p. 738-770, n. 3 Jul, 1997.

MOLINA, Marcia. **Depoimento** [maio. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

OLIVEIRA, Marina P. **Depoimento** [agosto. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

PETERSEN, Paulo. **Depoimento** [maio. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas de nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

PRATES, Peterson. **Depoimento** [maio. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

PROVIDÊNCIA, P. LUÍS M. **O poliedro de Francisco**. 2022. Disponível em: <https://pontosj.pt/opinia/o-poliedro-de-francisco/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ROCHA, Carlos Vasconcellos. Estado, movimentos sociais e políticas públicas: meandros de uma reforma educacional no âmbito estadual. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 1, mar./jun., 2021, p. 317-348.

SANTOS, Boaventura de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Elis Alberta Ribeiro dos. **Depoimento** [junho. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa



sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

SOFIATI, Flavio Munhoz; SOUZA, André Ricardo. Franciscanismo econômico: considerações sociológicas sobre a economia de Francisco e Clara (2021). **Social Sciences And Religion/ Ciências Sociais e Religião**, 23 (00), e021027. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8669913/29206>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SOUZA, André Ricardo. **Os laços entre Igreja, governo e economia solidária**. São Carlos: Edufscar, 2013.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TONIN, Vitor H. **Depoimento** [agosto. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

TURINO, Célio. **Depoimento** [agosto. 2023]. Entrevistador: Eduardo Brasileiro de Carvalho. PPGCS-PUC Minas. 1 arquivo mp4. Entrevista concedida para a pesquisa sobre a Economia de Francisco e Clara. Belo Horizonte, 2023.

## Eduardo Brasileiro



**Eduardo Brasileiro.** Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais com bolsa de pesquisa pela CNPQ/Capes II. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas com bolsa de pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) em pesquisa sobre sociologia econômica e sociologia da religião. Bacharel e Licenciado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) com estudos em Classes Populares e Religiosidade. Atualmente pesquisador em Economia e Ecologia pelos Programas de Pós-Graduação do IFDJI PUC Minas. Foi Consultor Socioeducacional do Instituto Cultiva do Programa Comunidades Educadoras nas cidades de Suzano/SP, Belo Horizonte/MG e Teresina/PI. Participou do Curso de Educadores para a Cultura do Encontro em Roma, organizado pelo Ministério da Cultura da Itália e possui especialização em Práticas de autogestão em Economia Solidária pela UNIFESP (UAES-UNIFESP) no ano de 2020. Atua na formação política de comunidades em periferia nas áreas de políticas públicas, desenvolvimento territorial e economias populares. Faz parte da Equipe de Coordenação da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC).



## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 A teoria da justiça de John Rawls – José Nedel
- N. 02 O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas – Edla Eggert  
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo – Sonia Montaño
- N. 04 Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 O ruído de guerra e o silêncio de Deus – Manfred Zeuch
- N. 06 BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 Mundos televisivos e sentidos identitários na TV – Suzana Kilpp
- N. 08 Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada – Valério Cruz Brittos
- N. 10 Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo – Édison Luis Gastaldo
- N. 11 Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz – Márcia Tiburi
- N. 12 A domesticação do exótico – Paula Caleffi
- N. 13 Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular – Edla Eggert
- N. 14 Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS – Gunter Axt
- N. 15 Medicina social: um instrumento para denúncia – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 Mudanças de significado da tatuagem contemporânea – Débora Krischke Leitão
- N. 17 As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade – Mário Maestri
- N. 18 Um itinerário do pensamento de Edgar Morin – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 Os donos do Poder, de Raymundo Faoro – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 Sobre técnica e humanismo – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 Construindo novos caminhos para a intervenção societária – Lucilda Selli
- N. 22 Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático – Valério Rohden
- N. 24 Imagens da exclusão no cinema nacional – Miriam Rossini
- N. 25 A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – Rosa Maria Serra BavareSCO
- N. 27 O modo de objetivação jornalística – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 A cidade afetada pela cultura digital – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 Getúlio, romance ou biografia? – Juremir Machado da Silva
- N. 31 A crise e o êxodo da sociedade salarial – André Gorz
- N. 32 À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos – Marco Aurélio Santana
- N. 35 Adam Smith: filósofo e economista – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos

- N. 36 Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica – Airtton Luiz Jungblut
- N. 37 As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial – Luiz Mott
- N. 39 Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo – Gentil Corazza
- N. 40 Corpo e Agenda na Revista Feminina – Adriana Braga
- N. 41 A (anti)filosofia de Karl Marx – Leda Maria Paulani
- N. 42 Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa” – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistemática de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo – Gérard Donnadieu
- N. 45 A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica – Lothar Schäfer
- N. 46 “Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju – Ceres Karam Brum
- N. 47 O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter – Achyles Barcellos da Costa
- N. 48 Religião e elo social. O caso do cristianismo – Gérard Donnadieu
- N. 49 Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras – Evilázio Teixeira
- N. 51 Violências: O olhar da saúde coletiva – Élda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 Ética e emoções morais – Thomas Kesselring  
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 Computação Quântica. Desafios para o Século XXI – Fernando Haas
- N. 54 Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil – An Vranckx
- N. 55 Terra habitável: o grande desafio para a humanidade – Gilberto Dupas
- N. 56 O decrescimento como condição de uma sociedade convivial – Serge Latouche
- N. 57 A natureza da natureza: auto-organização e caos – Günter Küppers
- N. 58 Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades – Hazel Henderson
- N. 59 Globalização – mas como? – Karen Gloy
- N. 60 A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida – Cesar Sanson
- N. 61 Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo – Regina Zilberman
- N. 62 Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo – Artur Cesar Isaia
- N. 65 Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical – Léa Freitas Perez
- N. 66 Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa – João Guilherme Barone
- N. 68 Contingência nas ciências físicas – Fernando Haas

- N. 69 A cosmologia de Newton – Ney Lemke  
N. 70 Física Moderna e o paradoxo de Zenon – Fernando Haas  
N. 71 O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini  
N. 72 Da religião e de juventude: modulações e articulações – Léa Freitas Perez  
N. 73 Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa – Eduardo F. Coutinho  
N. 74 Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho – Mário Maestri  
N. 75 A Geologia Arqueológica na Unisinos – Carlos Henrique Nowatzki  
N. 76 Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto – Ana Maria Lugão Rios  
N. 77 Progresso: como mito ou ideologia – Gilberto Dupas  
N. 78 Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda – Octavio A. C. Conceição  
N. 79 Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul – Moacyr Flores  
N. 80 Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território – Arno Alvarez Kern  
N. 81 Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula – Gláucia de Souza  
N. 82 Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão – Marco Aurélio Santana  
N. 83 Dimensões normativas da Bioética – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto  
N. 84 A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza – Attico Chassot  
N. 85 Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo – Patrícia Almeida Ashley  
N. 86 Autonomia na pós-modernidade: um delírio? – Mario Fleig  
N. 87 Gauchismo, tradição e Tradicionalismo – Maria Eunice Maciel  
N. 88 A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz – Marcelo Perine  
N. 89 Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade – Laurício Neumann  
N. 90 Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida – Maria Cristina Bohn Martins  
N. 91 Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo – Franklin Leopoldo e Silva  
N. 92 Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática – Daiane Martins Bocasanta  
N. 93 A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro – Carlos Alberto Steil  
N. 94 Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos – Cesar Sanson  
N. 95 De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência – Peter A. Schulz  
N. 96 Vianna Moog como intérprete do Brasil – Enildo de Moura Carvalho  
N. 97 A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica – Marinês Andrea Kunz  
N. 98 Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões – Susana Maria Rocca Larrosa  
N. 99 Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house – Vanessa Andrade Pereira  
N. 100 Autonomia do sujeito moral em Kant – Valerio Rohden  
N. 101 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1 – Roberto Camps Moraes  
N. 102 Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência – Adriano Premebida  
N. 103 ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso – Eliane Schlemmer



- N. 104 As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2 – Roberto Camps Moraes
- N. 105 Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos – Paula Corrêa Henning
- N. 107 Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático? – Telmo Adams
- N. 109 Transumanismo e nanotecnologia molecular – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 Formação e trabalho em narrativas – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda – Denis Gerson Simões
- N. 113 Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro – Sonia Montão
- N. 115 Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 Humanizar o humano – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 Colonizando e descolonizando mentes – Marcelo Dascal
- N. 119 A espiritualidade como fator de proteção na adolescência – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 A dimensão coletiva da liderança – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos – Eduardo R. Cruz
- N. 122 Direito das minorias e Direito à diferenciação – José Rogério Lopes
- N. 123 Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios – Wilson Engelman
- N. 124 Desejo e violência – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 As nanotecnologias no ensino – Solange Binotto Fagan
- N. 126 Câmara Cascudo: um historiador católico – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável – Paulo Roberto Martins
- N. 131 A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 Linguagem, singularidade e atividade de trabalho – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann – Leonardo Grison
- N. 134 Motores Biomoleculares – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 As redes e a construção de espaços sociais na digitalização – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras – Rodrigo Marques Leistrer
- N. 137 Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis – Maria Cristina Bohn Martins

- N. 139 Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades – Marise Borba da Silva
- N. 140 Platão e os Guarani – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 Direitos humanos na mídia brasileira – Diego Airoso da Motta
- N. 142 Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio – Greyce Vargas
- N. 143 Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 Inclusão e Biopolítica – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente – Bianca Sordi Stock
- N. 146 Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD – Camila Moreno
- N. 147 O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais – Caetano Sordi
- N. 148 Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS – Fernanda Schutz
- N. 149 Cidadania, autonomia e renda básica – Josué Pereira da Silva
- N. 150 Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética – José Rogério Lopes
- N. 151 As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou “por que voltar ao México 100 anos depois” – Claudia Wasserman
- N. 153 Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate – Stefano Zamagni
- N. 154 Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica – Stefano Zamagni
- N. 156 Intermittências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento – Stefano Zamagni
- N. 158 “Passemos para a outra margem”: da homofobia ao respeito à diversidade – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 A ética católica e o espírito do capitalismo – Stefano Zamagni
- N. 160 O Slow Food e novos princípios para o mercado – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião – André Brayner de Farias
- N. 162 O modus operandi das políticas econômicas keynesianas – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas – André Luiz da Silva
- N. 164 Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich? – Serge Latouche
- N. 165 Agostos! A “Crise da Legalidade”: vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 Convivialidade e decrescimento – Serge Latouche
- N. 167 O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 O decrescimento e o sagrado – Serge Latouche
- N. 169 A busca de um ethos planetário – Leonardo Boff
- N. 170 O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo – Marco Antonio de Abreu Scapini

- N. 171 Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes – Gerson Egas Severo
- N. 172 Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais – Bruno Pucci
- N. 173 Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral – João Roberto Barros II
- N. 174 Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas – Marcelo Fabri
- N. 175 Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 Um caminho de educação para a paz segundo Locke – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos – Lenio Luiz Streck
- N. 179 Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro – José Rogério Lopes
- N. 183 A Europa e a ideia de uma economia civil – Stefano Zamagni
- N. 184 Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como “discurso-limite”) – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade – Stefano Zamagni
- N. 186 A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção – Luis David Castiel
- N. 189 Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero – Marlene Tamanini
- N. 190 Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito – Claudia Fonseca
- N. 191 #VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 A ciência em ação de Bruno Latour – Leticia de Luna Freire
- N. 193 Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás
- N. 197 Brasil: verso e reverso constitucional – Fábio Konder Comparato
- N. 198 Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari



- N. 200 Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética – Jordi Maiso
- N. 202 Fim da Política, do Estado e da cidadania? – Roberto Romano
- N. 203 Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania – Maria da Glória Gohn
- N. 204 As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro – Fábio Konder Comparato
- N. 206 Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual – Karla Saraiva
- N. 207 Territórios da Paz: Territórios Produtivos? – Giuseppe Cocco
- N. 208 Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 As possibilidades da Revolução em Ellul – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben – Márcia Rosane Junges
- N. 211 Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo – Sandra Caponi
- N. 212 Verdade e História: arqueologia de uma relação – José D’Assunção Barros
- N. 213 A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ – José Odello Schneider
- N. 214 Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze – Sandro Chignola
- N. 215 Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 A realidade complexa da tecnologia – Alberto Cupani
- N. 217 A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend – Hans Georg Flickinger
- N. 218 O ser humano na idade da técnica – Humberto Galimberti
- N. 219 A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre – Halina Macedo Leal
- N. 220 O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil – José Eduardo Franco
- N. 221 Neurofuturos para sociedades de controle – Timothy Lenoir
- N. 222 O poder judiciário no Brasil – Fábio Konder Comparato
- N. 223 Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão – Jesús Conill Sancho
- N. 224 O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867) – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais – Xavier Albó
- N. 226 Justiça e perdão – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor) – Martín Almada
- N. 228 A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo – Sandro Chignola
- N. 229 Um olhar biopolítico sobre a bioética – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida – Jesús Conill Sancho
- N. 232 Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança – Elsa Cristine Bevia
- N. 234 O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945) – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 Economias Biopolíticas da Dívida – Michael A. Peters

- N. 237 Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação – Halina Macedo Leal
- N. 238 O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global? – Leandro Inácio Walter
- N. 239 Brasil: A dialética da dissimulação – Fábio Konder Comparato
- N. 240 O irrepresentável – Homero Santiago
- N. 241 O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 Uma crise de sentido, ou seja, de direção – Stefano Zamagni
- N. 243 Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão – Dirce Koga
- N. 244 A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo – Moisés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo – Andrea Fumagalli
- N. 247 Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo – Dora Lilia Marín-Díaz
- N. 248 Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia – Roberto Romano
- N. 249 Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980) – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira – Francini Lube Guizardi
- N. 252 A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades? – Vinícius Nicastro Honesko
- N. 254 Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva – Jean-Bosco Kakozi Kashindi
- N. 255 Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles – Marcelo Castañeda
- N. 256 Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização – Altair Sales Barbosa
- N. 258 O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical? – Moisés Pinto Neto
- N. 260 Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre? – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo – Henrique Costa
- N. 262 As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira – Sauro Bellezza
- N. 264 Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) – Stela N. Meneghel
- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos – Aline Albuquerque
- N. 267 O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil – Giuseppe Tosi
- N. 268 Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia? – Alana Moraes de Souza

- N. 269 A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna – Viviane Zarembski Braga
- N. 271 O que caminhar ensina sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana – Rafael Lopez Villasenor
- N. 273 Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira – Celso Gabatz
- N. 274 Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo – Acauam Oliveira
- N. 275 Tendências econômicas do mundo contemporâneo – Alessandra Smerilli
- N. 276 Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord – Atilio Machado Peppe
- N. 277 O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social – José Roque Junges
- N. 278 Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 O mal-estar na cultura medicamentalizada – Luis David Castiel
- N. 280 Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia – Alain Gignac
- N. 281 A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual – Mário José Maestri Filho
- N. 282 A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo – Angela Ganem
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 Renda básica em tempos difíceis – Josué Pereira da Silva
- N. 285 Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk – Itamar Soares Veiga
- N. 288 Para arejar a cúpula do judiciário – Fábio Konder Comparato
- N. 289 A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira – Marilinda Marques Fernandes
- N. 290 A Universidade em busca de um novo tempo – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras – Aloir Pacini
- N. 293 Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî – Faustino Teixeira
- N. 295 Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 Escatologias tecnopolíticas contemporâneas – Ednei Genaro
- N. 298 Narrativa de uma Travessia – Faustino Teixeira
- N. 299 Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução cientificista na análise econômica– Armando de Melo Lisboa

- N. 301 Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas - Renata Tomaz
- N. 303 A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 Ártico, o canário da mina para o aquecimento global - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa - Aline Weschenfelder
- N. 306 Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas - Rosana Batista Almeida
- N. 307 História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica - Faustino Teixeira
- N. 312 O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio - Paulo Abe
- N. 313 Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro - José Dalvo Santiago da Cruz
- N.314 Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas - Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura - Alexandre Alves
- N. 316 "Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno - Nicole Soares Pinto
- N. 317 A chacinagem dos chiquitanos - Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios - Matteo Raschiatti
- N. 319 Indígenas nas cidades: memórias "esquecidas" e direitos violados - Alenice Baeta
- N. 320 Pindó Poty é Guarani! - Roberto Antonio Liebgott e Aloir Pacini
- N. 321 Desbravar o Futuro. A antropotecnologia e os horizontes da hominização a partir do pensamento de Peter Sloterdijk - Rodrigo Petronio
- N. 322 A Trajetória Metodológica Suscitadora de Jesús Martín-Barbero - Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre
- N. 323 O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação - Luiz Inácio Gaiger
- N. 324 O trabalho humano no magistério do Papa Francisco - André Langer
- N. 325 Uma discussão acerca da liberdade da consciência humana: convergências e divergências entre Kierkegaard e Lutero - Heloisa Allgayer e Rafael Francisco Hiller
- N. 326 Técnica e Ética no contexto atual - Oswaldo Giacoia Junior
- N. 327 O amor ao próximo como categoria ética em Simone Weil - Ana Lúcia Guterres Dias
- N. 328 Uma abordagem da filosofia de Miki Kiyoshi - Fernando Wirtz
- N. 329 Yuval Noah Harari: pensador das eras humanas - Rodrigo Petronio
- N. 330 O Mundo é um grande Olho que vemos e que nos vê - José Angel Quintero Weir
- N. 331 A indecente hermenêutica bíblica de Clarice Lispector - João Melo e Silva Junior
- N. 332 Juventudes e as "novas" expressões da participação política - Flávio Munhoz Sofiati

- N. 333 A virosfera: aprendendo a viver com o desconhecido - Eben Kirksey
- N. 334 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume I - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 335 O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstruosidade - Adriano Messias
- N. 336 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume II - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 337 O Direito e o Averso - Fábio Konder Comparato
- N. 338 Sobre o mecanismo do terrorismo político-fascista: a violência estocástica da serpente do fascismo - Rudá Ricci e Luís Carlos Petry
- N. 339 MESOCENO. A Era dos Meios e o Antropoceno - Rodrigo Petronio
- N. 340 Religião, Direito e o Redobramento de Ideias - Colby Dickinson
- N. 341 Usos do território e as cidades em transformação. Um olhar a partir da Geografia de Milton Santos - Marina Regitz Montenegro
- N. 342 Grupo Emaús. 48 anos de resistência e fé libertadora. Volume III - Edward Guimarães, Lúcia Ribeiro e Tereza Pompeia (org.)
- N. 343 Raça, etnia, negro, preto ou gênero humano? Conceitos, leitura de mundo e reflexo nas formas de pensar, ser e interagir - Iael de Souza
- N. 344 Daqui deste planeta: (T)erra deíctica e sazonalidade cosmopolítica - Hilan Bensusan
- N. 345 Mundo Invisível: a teia vital sob os nossos pés - Faustino Teixeira (org.)
- N. 346 O controle do lazer na sociedade de consumo: reflexões à luz da teoria crítica - Valquíria Padilha e Jean Henrique Costa
- N. 347 João Saldanha: um comunista na seleção brasileira de futebol durante o governo militar. Da ditadura à redemocratização. Futebol na sociedade como fator democrático (1966-1990) - Marcelo de Azevedo Zanotti
- N. 348 Depois da Inteligência Artificial - Cosimo Accoto, Massimo Di Felice e Eliane Schlemmer
- N. 349 Basta de fósseis - Dominic Boyer
- N. 350 Capitalismo e saúde mental: causa social, sofrimento privatizado - Iael de Souza, Evaldo Piolli e José Roberto Montes Heloani
- N. 351 A transição dos combustíveis fósseis, a crise energética na Europa e a guerra na Ucrânia - Simon Pirani
- N. 352 Guerra russa na Ucrânia. Terrorismo energético, ciberguerra e atmoterrorismo - Svitlana Matviyenko
- N. 353 Pequena história futura das enchentes do rio Caí - Caio F. Flores-Coelho
- N. 354 Por uma agricultura sustentável no Brasil - M. Madeleine Hutyrá de Paula Lima
- N. 355 A máquina com um rosto humano: da inteligência artificial à sciência artificial - Sylvain Lavelle
- N. 356 Filmes em Perspectiva - Faustino Teixeira
- N. 357 Varsóvia e Gaza: dois guetos e o mesmo nazismo - Luiz Cláudio Cunha
- N. 358 Tecnofisiologia e ontologia híbrida: novas interações entre máquinas e corpo humano - Roberto Marchesini
- N. 359 Teoria dos Quatro Cosmogramas - Moisés Pinto Neto
- N. 360 Capitalismo e cismogênese - Sven Lütticken
- N. 361 Revolução informacional e a nova classe trabalhadora - Marcio Pochmann
- N. 362 O ancião missionário e os anciãos Bóe-Bororo: autobiografia indígena, identidade narrativa e apropriação religiosa recíproca - Eloir Inácio de Oliveira e Aloir Pacini

 UNISINOS